



**PSICOLOGIA DE EMERGÊNCIAS
E DESASTRES NA AMÉRICA LATINA:
PROMOÇÃO DE DIREITOS E CONSTRUÇÃO
DE ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO**



**PSICOLOGIA DE EMERGÊNCIAS
E DESASTRES NA AMÉRICA LATINA:
PROMOÇÃO DE DIREITOS E CONSTRUÇÃO
DE ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO**



**Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia – 16ª região.**

Palestrantes:

Angela Coelho
Desireé Salazar
Maria Carolina da Silveira
Norma Valêncio
Raquel Ventura
Rodrigo Molina
Tatiana Richart Reichert
Wanderley Gomes da Silva

**Psicologia de emergências e desastres
na América Latina: Promoção de direitos
e construção de estratégias de atuação**

1ª Edição
Brasília-DF



É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte. Disponível também em: www.pol.org.br

1ª edição – 2011

Projeto Gráfico – Luana Melo/Liberdade de expressão

Diagramação – Fabrício Martins

Revisão – Ana Lúcia Dantas / Cécilia Fujita / Joíra Coelho/Suely Touguinha



Liberdade de Expressão – Agência e Assessoria de Comunicação
atendimento@liberdadeexpressao.inf.br

Coordenação-Geral/ CFP
Yvone Duarte

Edição
Priscila D. Carvalho – Ascom/CFP

Produção
Gustavo Siqueira Gonçalves – Ascom/CFP

Direitos para esta edição Conselho Federal de Psicologia SAF/SUL Quadra 2,
Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600 Brasília-DF
(61) 2109-0107

E-mail: ascom@pol.org.br

www.pol.org.br

Impresso no Brasil – maio de 2011

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Conselho Federal de Psicologia

Psicologia de emergências e desastres na América Latina: promoção de direitos
e construção de estratégias de atuação / Conselho Federal de Psicologia. -
Brasília: CFP, 2011.

p. 100

ISBN: 978-85-89208-40-6

1. Prevenção 2. Emergências em desastres 3. América Latina 4. Psicologia I.
Título.

LB3407

Plenário responsável pela publicação

Conselho Federal de Psicologia

XV Plenário

Gestão 2011-2013

Diretoria

Humberto Cota Veróna – Presidente

Clara Goldman Ribemboim – Vice-presidente

Deise Maria do Nascimento – Secretária

Monalisa Nascimento dos Santos Barros – Tesoureira

Conselheiros efetivos

Flávia Cristina Silveira Lemos

Secretária Região Norte

Aluizio Lopes de Brito

Secretário Região Nordeste

Heloiza Helena Mendonça A. Massanaro

Secretária Região Centro-Oeste

Marilene Proença Rebello de Souza

Secretária Região Sudeste

Ana Luiza de Souza Castro

Secretária Região Sul

Conselheiros suplentes

Adriana Eiko Matsumoto

Celso Francisco Tondin

Cynthia Rejanne Corrêa Araújo Ciarallo

Henrique José Leal Ferreira Rodrigues

Márcia Mansur Saadallah

Maria Erminia Ciliberti

Mariana Cunha Mendes Torres

Marilda Castelar

Roseli Goffman

Sandra Maria Francisco de Amorim

Tânia Suely Azevedo Brasileiro

Conselheiras convidadas

Angela Maria Pires Caniato

Ana Paula Porto Noronha



Apresentação

Eventos adversos, sobretudo de origem climática, que levam a situações de emergências e desastres têm ocorrido em número e magnitude crescentes, no planeta Terra e em nosso país. A ocorrência desses eventos tem obrigado todos nós a reconhecer que, por um lado, nos países que se organizam para enfrentar esses eventos, ocorre uma redução dos efeitos desastrosos para a população, principalmente no que diz respeito à perda de vidas. Por outro lado, vai ficando claro que precisa ser engendrada uma nova organização das sociedades, que possibilite o surgimento de mecanismos de autoproteção social e melhor aproveitamento dos recursos públicos na prevenção de desastres, no estabelecimento de modos alternativos de obter respostas às necessidades de locomoção, habitação e alimentação e, ainda, na atenção às populações afetadas.

No caso brasileiro, essas ocorrências coincidem com um estágio avançado de deterioração das condições de vida nas cidades, onde ocorreu, em menos de um século, crescimento significativo de sua população e inversão no tipo de ocupação do território, passando de uma maioria vivendo no meio rural para uma maioria vivendo no meio urbano. Soma-se a isto uma história mais que centenária de degradação das condições de vida do povo brasileiro (que sofreu uma inédita, mas ainda pequena redução nos últimos anos), cujo resultado tem sido o surgimento contínuo de desastres que causam sofrimento à população.

A Psicologia brasileira vive este processo e vem se posicionando diante dele. Vem buscando espaços para contribuir na política pública de defesa civil e, ao mesmo tempo, vem construindo referências de atuação em emergências e desastres calcadas na experiência prática e no acúmulo teórico sobre o tema.

No que tange à atuação dos Conselhos de Psicologia, destacamos alguns eventos importantes. Em 2006, a Secretaria Nacional de Defesa Civil aceitou a proposta de trabalho do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e, em colaboração, foi realizado o I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres. Desde então, diferentes iniciativas têm sido realizadas. O ponto culminante dessa colaboração pode ser identificado na realização da I Conferência Nacional de Defesa Civil (I CNDC), em

2010, quando o CFP participou ativamente do processo de construção das atividades e dos debates sobre o tema. A participação foi marcada todo o tempo pela busca de vitalidade e exercício pleno dos processos democráticos na construção de uma Política Pública de Defesa Civil.

A Conferência teve muitos entraves para a sua realização. Contudo, o CFP pôde estabelecer relações com outras entidades da sociedade civil, buscando articular no movimento social propostas para uma Conferência efetivamente democrática. De fato, uma Conferência que não deixasse no seu rastro canais de expressão da crítica e propostas da sociedade não teria cumprido o seu papel. Nesse sentido, a atuação do CFP foi radical na busca da garantia de relações democráticas na construção da I CNDC.

O CFP, em parceria com ABEP e Secretaria Nacional de Defesa Civil, propôs atividades de promoção da participação de psicólogos e estudantes no V Seminário Nacional de Defesa Civil (Defencil), em 2009, e na Conferência Nacional de Defesa Civil. O CFP também participou da Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Defesa Civil e em vários estados, os CRPs trabalharam para que efetivamente acontecessem as Conferências Estaduais.

Além disso, o CFP contribuiu com a criação da Rede Latino-Americana de Emergências e Desastres, que já se reuniu na Argentina, Brasil, Cuba e Chile e tem proposto atividades sobre o tema em Congressos e eventos diversos, inclusive no Fórum Social Mundial de 2010, quando inscreveu a única atividade deste tema no Fórum realizado em Porto Alegre. Vários CRPs também organizaram/participaram de atividades que propiciaram a discussão acerca do assunto.

Em 2010, o CFP também realizou, em parceria com o CRP-02, de Pernambuco, e atores estaduais, as Oficinas de Prática da Psicologia nas Emergências e Desastres, que buscaram contribuir para estruturar o trabalho dos psicólogos que atuavam na reconstrução das cidades atingidas pelas chuvas de 2010.

Foi com esse histórico, portanto, que os Conselhos de Psicologia chegaram ao início de 2011, quando enchentes atingiram os estados de Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa

Catarina e Paraná, reafirmando sua disposição em estar junto com a sociedade e com os governos para prevenir tragédias como as que, mais uma vez foram assistidas. O CFP – em conjunto com os Conselhos Regionais situados nos estados brasileiros mais afetados em 2011 – buscou construir respostas efetivas, que possibilitassem a contribuição organizada da Psicologia.

Foi nesse ensejo que se realizaram oficinas sobre a atuação de psicólogos em situações de emergências e desastres em parceria com os Conselhos Regionais de Psicologia de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, entre os quais figura o Seminário Estadual de Emergências e Desastres: estratégias latino-americanas de enfrentamento à questão, realizado em parceria com o CRP-16 (Espírito Santo). Os textos que compõem a presente publicação são fruto das reflexões dos palestrantes do seminário. Esperamos que, assim como o material publicado como resultado do seminário de 2006, estes textos venham a compor o conjunto de referências que estamos construindo para a atuação dos psicólogos brasileiros em emergências e desastres.

Vale ressaltar o fato de o evento que dá origem a essa publicação olhar não apenas para o Brasil, mas para as experiências latino-americanas. A presença de psicólogos de outros países do continente é reflexo do diálogo que estamos construindo com eles, pensando juntos estratégias de promoção do protagonismo social dos povos latinos e caribenhos. Como veremos nos textos a seguir, a questão dos desastres não está desvinculada dos contextos de exploração a que nossos povos foram submetidos, e as respostas, se construídas em rede pelos nossos povos, certamente serão muito mais efetivas.

Pela grande relevância da questão, o Sistema conselhos, coordenado pelo CFP, realizou o planejamento estratégico unificado da Psicologia das Emergências e Desastres nos dias 8 e 9 de abril de 2011 e, baseado nas deliberações do VII CNP, elaborou a proposta de ação do Sistema para esta área.

Humberto Cota Verona
Conselho Federal de Psicologia



Sumário

Mesa: A sociologia dos desastres: perspectivas para uma sociedade de direitos	11
Norma Valêncio	13
 Mesa: Emergências e desastres e sua interface com as políticas públicas de saúde mental e assistência social	 31
Angela E. L. Coêlho	33
Raquel Ventura	51
 Mesa: A participação da sociedade no enfrentamento das emergências e desastres	 55
Tatiana Richart Reichert	57
Wanderley Gomes da Silva	59
 Mesa: O papel do psicólogo como operador de emergências e desastres: contribuições para uma prática cidadã.....	 63
Desireé Salazar Ramírez	65
Maria Carolina da Silveira	73
 Mesa: A Psicologia das Emergências e Desastres e compromisso social: a experiência latino-americana	 87
Rodrigo Molina	89



**Mesa: A sociologia dos desastres:
perspectivas para uma sociedade
de direitos**



A sociologia dos desastres: perspectivas para uma sociedade de direitos

Norma Valêncio¹

Nas várias sociedades, os desastres se tornaram ocorrências familiares, seja porque tais fenômenos lhes cortaram a própria carne – ceifando vidas, devastando os lugares coletivamente partilhados e destruindo os meios de sobrevivência –, seja porque a tragédia sucedeu a outrem e, por exigências éticas ou políticas, em graus variados, demandou seu envolvimento no drama coletivo alheio, por meio de providências de apoio aos grupos afetados.

No mundo contemporâneo, a familiaridade com que os desastres tomam na vida cotidiana deve-se, de um lado, à produção social da fragilidade coletiva diante não apenas dos fatores tecnológicos ameaçantes, mas dos fatores naturais de ameaça, aqueles mesmos cujo avanço das forças produtivas prometia controlar, no que tange aos seus efeitos deletérios. Mais do que uma simples aspiração, as tentativas de domesticar o mundo natural foram condição fulcral da empreitada modernizadora dos últimos 600 anos, engendrando um traço civilizacional comum, enfeixando crescentemente as várias sociedades – das mais democráticas às mais autoritárias. No atacado, uma civilização que ultrapassa a capacidade de suporte do planeta, que é a base biofísica que permite a existência de seus sujeitos, tem um fim previsível: sua autodestruição. No varejo, esboroa-se a promessa de que, quanto mais tecnificada fosse uma sociedade, mais protegida estaria diante o impacto de estiagens prolongadas, ventos fortes, chuvas intensas e raios. No ambiente urbano, essas hostilidades permanecem: águas pluviais arrastam os veículos em vias expressas, descargas elétricas queimam os inúmeros equipamentos de que depende o exercício de funções privadas e públicas; ventos entortam torres de transmissão de energia; sinais telefônicos cessam; há paralisia coletiva na cidade em

¹ Doutora em ciências sociais, professora associada III do Departamento de Sociologia da UFSCar, onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (Neped).

www.ufscar.br/neped

desastres@terra.com.br

que há água demais ou água de menos e um sentimento de fracasso e impotência atravessa a rotina do cidadão. A familiaridade com os desastres deve-se, ainda, à forma transescalar como forjamos nossa sociabilidade. A calamidade que assola uma comunidade distante pode reverter em danos diretos e indiretos a nossa rotina, uma vez em que afete nossos vínculos sociais e econômicos. A dispersão, os membros da família e amigos em diferentes cidades, estados e países, bem como a dependência que os mercados locais têm do abastecimento de produtos oriundos de múltiplos territórios, são expressão dessa fragilidade. Os tsunamis ocorridos em 2004 na Ásia enredaram numa mesma desventura socioespacial cidadãos asiáticos e europeus, estes últimos, devido a sua multiterritorialidade, permissível pela prática do turismo. Por fim, há a interpenetração do mundo real e virtual na sociabilidade da vida moderna, que confere simultaneidade e verdade às experiências que ocorrem tanto na esfera do mundo sensível quanto daquele que nos atrela ao espaço distante, incrementando, pelo testemunho e/ou pelos vínculos, nosso imaginário de vivências de desastres. Enfim, o lá e o cá se imbricam gradativa e incessantemente: somos obrigados a conviver com os desastres.

Não se passa um único ano, mês ou semana em que estejamos livres de notícias de catástrofes, em nosso país e nos demais países; tais notícias mobilizam demasiadamente nossas ações e sentimentos, a ponto de suscitar no imaginário social um temor difuso: o de que, ali adiante, haja um desastre à espreita, quem sabe, pronto para fazer ruir as nossas próprias vidas. "Teremos como nos proteger ou nos recuperar dos danos e prejuízos havidos?", "Alguém virá em nosso socorro?": essas são questões que perpassam a mescla de desamparo e angústia coletivos.

Apesar do quão concreto os desastres aparentem ser, tais fenômenos estão sujeitos a ser capturados por diversas e, não raro, contraditórias interpretações, devido à diversidade cultural e de recortes epistêmicos conviventes que balizam as práticas dos grupos sociais que interagem territorialmente.

Saberes não científicos, como os saberes populares – o dito senso comum –, os saberes artísticos e os saberes religiosos adotam critérios distintos de reconhecimento e de expressão de desastres que guardam profunda pertinência com a realidade concreta e a vida subjetiva.

O sociólogo José de Souza Martins (2000) lembra que o senso comum diz respeito a um repertório de conhecimento válido, que permite aos vários grupos viver, interagir, sobreviver, dar sentido ao contexto em que atuam e compreender as adversidades a que são lançados. É desse senso comum que se manifesta dona Alessandra, desabrigada em desastre ocorrido em Nova Friburgo, no ano de 2007, num desabafo:

Estamos em quatro paredes, sem saída, entendeu?! Não pode continuar aqui nem voltar para a casa (interditada). E pra gente que tem filhos fica muito difícil. Não sabe pra onde ir (entrevista in Valencio et al, 2007).

A obra *Novus Angelus*, do artista Paul Klee, mereceu a seguinte referência do filósofo Walter Benjamin (BENJAMIN, 1982:32 apud LEIS, 1997):

Sua cara está voltada para o passado. No que para nós aparece como uma corrente de acontecimentos, ele vê uma única catástrofe, que acumula sem cessar ruína sobre ruína e a lança a seus pés. O anjo quisera deter-se, acordar aos mortos e recompor o despedaçado. Mas uma tormenta descende do paraíso e se arremoinha nas suas asas e tão forte que o anjo não pode recolhê-las. Essa tempestade o empurra irresistivelmente para o futuro, ao qual volta suas costas, enquanto o cúmulo de ruínas sobe ante ele até o céu. Tal tempestade é o que chamamos progresso.

Não menos expressiva é a obra de Cândido Portinari, *Retirante*, parte de um conjunto de telas em que o autor retrata aspectos das mazelas relacionadas às persistentes secas, exprimindo a miséria das famílias empurradas às migrações compulsórias, aspirando sobreviver em níveis bastante elementares.

Poeticamente, Carlos Drummond de Andrade (2002) antropomorfiza o ato de chover e, no seu poema *Caso Pluvioso*, caracteriza a devastação do mundo interior do narrador, devido às lamúrias incessantes duma personagem feminina:

A chuva me irritava. Até que um dia descobri que maria é que chovia.
A chuva era maria. E cada pingo de maria ensopava o meu domingo.
E meus olhos molhando, me deixava como terra que a chuva
lavra e lava.

Eu era todo barro, sem verdura... maria, chuvosíssima criatura! (...)
Não chovas, maria, mais que o justo chuvisco de um momento,
apenas susto. (...)

Chuvadeira, maria, chuvadonha, chuvinhenta, chivil, pluvimedonha! (...)

Choveu tanto maria em minha casa que a correnteza forte criou asa
e um rio se formou, ou mar, não sei, sei apenas que nele me afundei.

Drummond, no poema *Composição*, retoma o tema das chuvas destruidoras para constatar a redução desoladora dos elementos materiais da existência social:

(...) Onde vivemos é água. O sono, úmido, em urnas desoladas. Já
se entornam, fungidas, na corrente, as coisas caras que eram pura
delícia, hoje carvão.

O mais é barro, sem esperança de escultura.

Na Bíblia Sagrada, encontra-se nas palavras de Jeremias (14:2-6) a
desolação em torno da seca e da fome em Judá: Chorou a Judéia,
e caíram as suas portas, e ficaram obscurecidas por terra (...) foram
tirar a água e não acharam água, voltaram com seus cântaros
vazios: confundiram-se e afligiram-se e cobriram as suas cabeças.
Pela desolação da terra, porque não veio a chuva sobre a terra, se
confundiram os lavradores, cobriram as suas cabeças. A cerva também
pariu no campo a sua cria e a abandonou: porque não havia erva. E
os asnos monteses puseram-se nos rochedos, engoliram vento como
os dragões, desfaleceram os seus olhos, porque não havia erva.

Assistindo às calamidades recentes havidas no Brasil, frei Leonardo
Boff (2011) nos brindou com a sábia reflexão:

Somos, em grande parte, ainda devedores do espírito científico
moderno que identifica a realidade com seus aspectos meramente
materiais e mecanicistas sem incluir nela, a vida, a consciência e a
comunhão íntima com as coisas que os poetas, músicos e artistas
nos evocam em suas magníficas obras. O universo e a natureza

possuem história. Ela está sendo contada pelas estrelas, pela Terra, pelo afloramento e elevação das montanhas, pelos animais, pelas florestas e pelos rios. Nossa tarefa é saber escutar e interpretar as mensagens que eles nos mandam. Os povos originários sabiam captar cada movimento das nuvens, o sentido dos ventos e sabiam quando vinham ou não trombas d'água. Chico Mendes, com quem participei de longas penetrações na floresta amazônica do Acre, sabia interpretar cada ruído da selva, ler sinais da passagem de onças nas folhas do chão e, com o ouvido colado ao chão, sabia a direção em que ia a manada de perigosos porcos selvagens. Nós desaprendemos tudo isso.

Sintetiza primorosamente a filósofa Olgária Matos (2008):

A modernidade (...) é dominada pelo princípio do desempenho. Sua temporalidade não é a da experiência, do conhecimento, da felicidade; ela é institucionalmente organizada (...), o que corresponde ao encolhimento do "espaço de experiências" na vida social e de liberdade; liberdade de acesso ao passado e ao futuro como construção de uma subjetividade democrática. (...) O tempo na contemporaneidade é fatalizado pela ordem das urgências, o culto dos meios e esquecimento dos fins. (...) A "escalada da insignificância" resulta numa lógica de desengajamento em relação ao mundo compartilhado. (...) com a dificuldade na criação de laços duradouros, com a obsolescência de valores como o respeito, solidariedade, responsabilidade e fidelidade.

Assim, vê-se que diferentes discursos podem atravessar o que chamamos de realidade, podem portar sentidos que extrapolam o contexto em que foram produzidos, podem apresentar facetas do mundo objetivo e revelar densas relações intersubjetivas. Mas só o apreço à cultura geral permite que tais discursos se expressem. A proteção à liberdade de expressão é o fundamento para que a torrente de manifestações do pensamento, das artes e das crenças logre compor um manancial explicativo abundante acerca de nossa condição existencial em geral e acerca dos desastres, em particular.

Inadvertidamente, o esforço científico vem fragmentando sobremaneira a produção de conhecimento, o que dificulta o necessário

enfeixamento das peças do quebra-cabeça da realidade socioambiental, incluindo os aspectos explicativos em torno dos desastres. Bem o expressou o filósofo Chesterton, ao dizer que a ciência contemporânea desceu tanto às minúcias, nas suas especialidades, que nos permite tudo saber sobre um nada e nada saber sobre as questões mais amplas que nos afligem. Os cientistas têm renunciado à busca de uma hermenêutica diatópica (SOUZA SANTOS, 2002) isto é, ao esforço em empreender um diálogo franco entre os vários topoi ou lugares de argumentos que os saberes e conhecimentos, empíricos e teóricos, proporcionam. O descumprimento dessa tarefa tem sido escamoteado pelo embate estéril de particularidades pouco convergentes, sem o sustentáculo de um fio integrador consistente; ou, ainda pior, há a estratégia de tomar uma particularidade tecnocientífica como a totalidade da verdade relevante que houvesse para ser conhecida. No tema dos desastres, tais estratégias têm se consubstanciado nas práticas de especialistas das ciências naturais e exatas que subtraem o ponto de vista das ciências humanas e sociais no debate. A "questão social" que há para ser sabida sobre os desastres exige mais do que a doxa de especialistas das ciências naturais e exatas. A "questão social" dos desastres exige a presença da episteme das ciências humanas e sociais, uma vez que, por definição, desastre é um acontecimento social. A prática tecnocientífica de monocultura das ideias tem correspondência com a história política do Brasil. Desde os tempos coloniais, a concepção que regia as elites governantes era a que via o país como espaço a ser conquistado economicamente (MORAES, 1999), à custa de obras. Tudo se passava como se não houvesse povos conviventes nesse espaço, que merecessem ser ouvidos na feitura do projeto de bem-estar coletivo denominado nação. As mudanças incessantes na paisagem urbana e rural são aspectos vivos desse caráter civilizador questionável, que se mantém por meio de uma subserviência quase que permanente dos povos no Brasil, que devem seguir metas de crescimento e ajustar-se a elas para não frustrar as elites. A inércia da burocracia pública nacional impede a identificação das evidentes falhas na propagação do bem-estar coletivo, porque tais falhas são inerentes ao projeto que não é construído em comum acordo com os povos que são parte constituinte da nação. Os hiatos tornam-se, a cada geração, profundos abismos. Neles se formam as massas destituídas

não apenas das coisas – o que é constatável pela miséria material visível nas bordas periféricas do território urbano e rural –, mas massas destituídas de um sentido identitário substantivo, referido à necessidade de saber-se em pertencimento ao país; país onde, ambigualmente, radica formalmente o seu direito civil, mas os faz perambular às tontas em busca de oportunidades sempre fugidias, sempre aquém de sua condição cultural, de suas posses, de seu merecimento. No projeto nacional, reiteradamente, a valorização do espaço se dá com a precedência da cumulação econômica sobre os lugares comunitariamente produzidos. Os territórios culturalmente significativos, nos quais grupos sociais fragilizados em sua cidadania podem conferir sentido à vida coletiva, não estão imunes: ali lhes afetarà, cedo ou tarde, o apelo burocrático a um desenvolvimento que destruirá sua espacialidade, desentocando-os como bestas-feras ao invés de protegê-los, ao invés de integrá-los num projeto nacional coparticipativo. Essas massas destituídas são os alvos preferenciais dos desastres. A sucessão de desastres que, ano após ano, acomete tais massas revela a catástrofe social para a qual temos fechado nossos olhos.

Os discursos hegemônicos – e nem por isso, mais verdadeiros –, com a autoridade que lhes conferem os financiamentos milionários obtidos, silenciam as vozes que apelam para que os governantes olhem para essa catástrofe social. Especialmente, o meio técnico componente do Sistema Nacional de Defesa Civil necessita que a composição de seus quadros e o teor de sua capacitação sejam adequados para dar-se conta dessa dimensão sócio-histórica do problema. A persistência de uma racionalidade míope e apartadora da sociedade no tema de defesa civil tem sido conveniente para certos grupos de poder. Mas é preciso atentar que essa conveniência não perdurará, a realidade dos fatos dirá que é uma postura politicamente insustentável. Essa teimosia atual obstaculiza ou, minimamente, protela que um ambiente inclusivo, de salutares controvérsias, rume para um necessário processo de apaziguamento social, na busca de consensos, na renúncia de privilégios e na feitura de novos pactos em torno de uma territorialidade minimamente segura para todos; enfim, na concretização de uma Cultura de Paz como escopo de um novo projeto civilizacional brasileiro. No Brasil, não há ingenuidade alguma na adoção política de uma perspectiva reducionista

para interpretar os desastres como meros problemas técnicos, com discursos que apelam para soluções e equacionamento exclusivo por meio de obras civis e megacomputadores: trata-se de afastar a sociedade civil das discussões dos problemas socioambientais dos quais emanam os desastres, bem como apartá-la de pró-atividade na resolução desses problemas que lhes dizem respeito. A pior desigualdade que põe em degradação a condição humana é a que se exprime nas diferentes possibilidades do sujeito em arbitrar sobre o seu próprio destino, e é nesse ponto exatamente que a discussão sobre desastres ocorre no Brasil: calam-se todos os demais saberes e conhecimentos, incluindo aqueles que advêm dos grupos afetados; transferem-se imensos volumes de recursos financeiros para os mesmos setores da sociedade – econômicos, políticos e científicos – que já se beneficiaram historicamente com a perpetuação das injustiças sociais.

Precisamos refletir sobre as nossas palavras e atitudes. Refletir humildemente em torno da forma como, sorrateiramente, o componente humano dos desastres escapa, sem quaisquer constrangimentos, quando dizemos que os grupos vulneráveis são passíveis de "remoção" de seus lugares, tratados como meros objetos que se pode transplantar de um lado para outro conforme as conveniências locativas que o mercado de terras permitir. Padecemos de várias sociopatias, uma das quais é a banalização do discurso em torno da retirada compulsória dos pobres de territórios tidos como inseguros; mas, simultaneamente, há a prática de restrição de seu acesso aos territórios melhores, pois os grupos afluentes não desejam vizinhança com os empobrecidos, posto que isso desvalorize seus imóveis e, segundo seus valores preconceituosos, deprecie a convivência comunitária. Assim, a "remoção" torna-se uma equação de difícil resolução e obnubila o fato da expulsão pura simples das massas e o descompromisso com seu destino incerto. A produção dessa migração involuntária gera uma horda de desamparados cuja tentativa de territorialidade precária noutra jurisdição sofrerá contestação das autoridades locais, que se dirão isentas de responsabilidade, em soluções de moradia, para com os ditos forasteiros. O Brasil, contudo, é, em sua gênese, um país de forasteiros que naturalizou o genocídio dos nativos. Corrompe-se em tal nível a memória histórica que forasteiros bem-estabelecidos tornam-se o grupo que se autorreconhece como tradicional,

a única gente que se porta como digna de consideração. Grupos sistematicamente desterritorializados na história nacional tornam-se cada vez mais passíveis de "remoção", expulsos de suas moradias, desintegrados da sociedade, até que entrem em exaustão coletiva, até que pereçam na busca vã por um chão. As formas mais terríveis de violência e brutalidade a que a Humanidade assistiu geralmente começaram pela palavra dos mais fortes, propalando a violência moral e psíquica contra os mais fracos; daí, lograram legitimação política para tomar corpo na forma de violência física contra os últimos. O termo "remoção de pessoas", assim como "remoção de famílias" de áreas de risco, tornando questão de segurança pública e de punição os que foram socialmente incapacitados para o autoprovimento de habitação digna, faz parte de um arcabouço societário que mostra uma face embrutecida de nossa humanidade, a qual precisamos a todo o custo superar, antes que degrading na supressão da pessoa dos "removíveis", o que seria um desastre social inimaginável.

Para a Sociologia dos Desastres, o termo desastre não é objeto de fácil desvelamento. Ao contrário, há uma profusão de interpretações que contribui para que enxerguemos os diversos aspectos humanos e sociais do problema. O mais relevante, em primeiro lugar, é o entendimento do desastre como crise, em ocorrência num tempo social; isto é, num tempo que não meramente o cronológico (SOROKIN, 1942). Sob o aspecto da gestão pública, o desastre é um evento sociocultural, não passível a gerenciamento por sistemas tecnocráticos (HEWITT, 1998). O ponto de vista do afetado – em seus vieses de gênero, etário, étnico e outros – deve ser visto como igualmente válido; no que complementa Enrico Quarantelli (2005): "desastre é uma crise que exige foco no processo coletivo de planejamento". Não se trata, pois, de os gestores produzirem planos escritos, formalizando intenções públicas, mas promoverem efetivamente interações e relacionamentos que permitam trocas de conhecimento, treinamentos conjuntos e capacidade ampliada de avaliação, de apoio mútuo, bem como atualização/socialização constante das informações. Continua o referido autor, alertando para o fato de o desastre ser uma crise com séria implicação social, circunstância na qual a noção de justiça se torna mobilizadora entre os afetados e do que decorre a falácia da ideia de que a tecnologia seja solução para os

processos disruptivos no contexto de devastação. Não é o incremento tecnológico *strictu*, mas a reconceitualização das políticas públicas o que está em jogo; isto é, a compreensão acerca de como funciona a estrutura social em considerável estresse (QUARANTELLI, 2005).

É relevante destacar que o embate em torno da definição de desastre é crucial, pois envolve uma mal disfarçada disputa pelo poder de influir nas arenas decisórias, bem como na cena desoladora. Embora o desastre seja um acontecimento social trágico – definição sociológica em torno da qual há relativo consenso – vários são os planos em que ele ocorre. Há um plano simbólico, no qual atuam e disputam diversas e, não raro, divergentes interpretações do fenômeno. E há um plano concreto, que imiscuiu dimensões socioambientais, sociopolíticas, econômicas. Tanto no plano simbólico quanto no plano concreto, um fenômeno de desastre circunscreve múltiplas e diferentes vivências, de tal sorte que as afetações num desastre não são as mesmas para um comerciante, com a dor que passou com a perda de suas mercadorias; para uma dona de casa, na destruição de sua moradia; para uma criança, na perda de seus brinquedos e de amiguinhos falecidos no evento; para um idoso, na perda de seus objetos de valor sentimental que exprimem uma trajetória de vida; para um agricultor, com a devastação da lavoura; para a diretora de uma escola que desabou; para os funcionários de um hospital alagado. Por conseguinte, a autoridade pública, nas suas providências de restabelecimento dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações da coletividade, precisa aglutinar adequadamente essa pluralidade de dramas, atenuá-los a partir de uma escuta ativa de suas especificidades.

Para bem agir perante um desastre é preciso compreendê-lo adequadamente. Assim como não aceitaríamos nos submeter a uma intervenção cirúrgica baseada num diagnóstico equivocado, uma má interpretação do fenômeno do desastre leva à adoção de procedimentos incorretos, insuficientes ou deficientes, que não curam a doença social e, por isso, não conseguem reduzir as ocorrências no futuro, do que deriva que o corpo social fique ainda mais fragilizado quando defrontado com um novo fator de ameaça adiante. Para bem explicar os desastres, é preciso considerar o contexto sócio-histórico que os gera.

O contexto brasileiro é socialmente bastante adverso e, por isso, propenso aos desastres. A estratégia de culpabilização dos setores

empobrecidos por sua territorialidade precária emudece quanto ao fato de que as áreas mais seguras orbitam numa lógica de mercado que é inerentemente excludente. Apenas quando os gestores públicos aceitarem corajosamente que as desigualdades distributivas da terra e da renda são fatores incitadores das calamidades e, assim, corresponsabilizarem os setores afluentes pelos privilégios que, tomando dimensões socioespaciais, alastram a insegurança do morar e do viver dos pobres, poderemos ter alguma esperança de que os desastres possam ter seus efeitos adversos mitigados. No entanto, ao se locupletar na difícil tarefa de tocar na ferida das desigualdades, tais gestores produzem lastro para demais práticas de violência física e simbólica contra os afetados. O patrimonialismo, isto é, o mando político entendido como patrimônio pessoal do governante, como uma extensão de seu poder doméstico, é também a mazela-mor da nação, da qual deriva o raquitismo da vida civil. Conforme Raimundo Faoro (1979), o patrimonialismo acostuma o povo a servir, habitua-o à inércia de quem espera tudo de cima, oblitera o sentimento de liberdade, adormece a iniciativa que rume para a garantia da cidadania.

Desalojados, desabrigados e abandonados nos desastres são subgrupos de afetados que têm a esfera social da vida completamente comprometida. Conforme assinala Hannah Arendt (2000), a esfera social é onde convergem as esferas privada e pública. Enquanto na esfera privada as narrativas primordiais do self e as redes primárias começam a ser construídas a partir do exercício da alteridade, protegidas pela casa, isto é, pelo *locus* onde a intimidade é resguardada para o repouso, o devaneio e a satisfação das necessidades básicas, na esfera pública, se desenvolvem as noções de ser político, de participação no projeto de bem comum. Se essa participação é obstruída, as forças que deveriam se orientar para a consecução do bem comum são corroídas, convertendo os agentes silenciadores e os silenciados em participantes de um jogo de mútua hostilidade e rancor, o que se reflete na paisagem e no sentimento de insegurança que é suscitado de lado a lado.

É relevante atentar para o fato de que, sendo os grupos afetados sistematicamente vítimas de violência institucionalizada no Brasil, é nos termos da violência que passam a manifestar sua indignação quando omissões do ente público redundam em perda de suas moradias, de seus

pequenos negócios, de seus entes queridos. Tornam-se rotineiros episódios em que autoridades locais passam a ser abertamente hostilizadas pelos grupos afetados nos desastres: sofrem espancamentos, são atirados em águas das enchentes e outros.

Assim, a uma ordem social injusta corresponde potencialmente o incremento da desordem pública.

Por fim, diferentemente do que se possa pensar, a relação entre assistência humanitária e os direitos humanos não é das mais auspiciosas. Assistência humanitária refere-se ao suporte vital para a reabilitação de grupos afetados nos diversos tipos de desastres, dos furacões e terremotos às guerras civis e, ainda, refere-se ao suporte exógeno e voluntário com o qual a sociedade afetada pode, eventualmente, contar. Quanto mais protegidos os direitos da pessoa humana pelo Estado e em todas as circunstâncias, menos assistência humanitária para os sujeitos afetados será necessária, pois em tais sujeitos se desenvolve em maior medida a capacidade de autoproteção. Trata-se, assim, de uma relação inversamente proporcional: os grupos ou nações mais desprotegidas em seus direitos e cujas instituições estejam esgarçadas e/ou contaminadas pela indiferença social são os que mais precisam que os olhos alheios se compadeçam de sua desventura, vide o caso haitiano, como também o foi o da população afrodescendente em Nova Orleans, em relação ao desastre secundário relacionado ao furacão Katrina. Quando as autoridades de um país, como o Brasil, denominam as medidas de reabilitação dos seus nacionais como assistência humanitária, e tais medidas passam a ser cada vez mais necessárias, temos aí vários indicativos preocupantes, como o indicativo de que os direitos da pessoa humana no país andam em frangalhos. Ajuda ou assistência são termos designativos de práticas sociais que não correspondem a deveres públicos perante o cidadão; dito de outra forma, os direitos da pessoa seriam negociáveis, passíveis de atendimento ou não. Se não são tidas como deveres públicos, as práticas dos agentes do Estado em torno da garantia de tais direitos podem manifestar-se de formas bastante precária, reduzidas a medidas mezinhas e degradantes da condição humana dos afetados, como a distribuição de meros colchões e itens básicos de alimentação. Quanto menos atentas as instituições do Estado estiverem com o dever de proteção da pessoa humana, pela adoção de políticas

compensatórias quando as circunstâncias assim o exigirem, maior será a necessidade de prover aportes humanitários aos grupos desvalidos, anômicos e impotentes, gerando a aparência de grande compaixão e solidariedade onde, estruturalmente, paira a indiferença social. Quanto menos cidadania o ambiente socioinstitucional propagar, com mais compaixão alheia o afetado por desastre terá de contar. A compaixão em si não permite a transformação social, não é movedora de doação e renúncia coletivas que deflagrem a superação das desigualdades sociais; pelo contrário, é reforçadora dessas desigualdades, emperra as interações nesse estágio societário que enaltece a figura dos doadores e voluntários, mas devasta a autoestima dos grupos afetados, conduzidos a se entender como incapazes de refazer por si próprios as rotinas de suas vidas esfaceladas pelas tragédias. Será chegado o dia em que os desastres serão tantos, contínuos, intensos, imensos, derivados do vasto quadro de cidadania incompleta, que nem sequer a mezinha compaixão civil emergirá: em seu lugar, se imporá o tédio, o distanciamento ególatra dos grupos afluentes, resguardando tristemente suas ilusões exclusivistas de bem-estar num contexto coletivo de embrutecimento e devastação.

Quando os desastres ocorrem, neles se explicitam as omissões e inadequações das práticas públicas de prevenção e preparação ante os fatores correntes de ameaça, o que é preciso de pronto reconhecer.

Erros que cometemos são pedras que estão em nosso caminho, seja para pavimentá-lo e assentar ensinamentos, seja para obstruir nosso desenvolvimento. Desastres recorrentes revelam, essencialmente, erros recorrentes, isto é, falhas estruturais dos mecanismos de proteção da pessoa humana, do que decorre que as competências públicas precisam distanciar-se do tecnicismo cego que as tem afastado daquilo que é seu legítimo mister: proteger o cidadão e suprir o déficit de cidadania onde houver.

Para concluir, importante se faz ponderar acerca das assertivas que tomam os desastres como uma espécie de caos, o que é sociologicamente impróprio. A tragédia representada como caos interessa apenas aos setores que se sentem à vontade para instituir formas de controle social autoritárias, visando a impor certo tipo de ordenamento ao que é considerado um estado de confusão geral ou desordem social. É, ainda, perturbador observar que a máquina pública pode seguir operando

regras tidadas como normais, mesmo quando essas, em seu conteúdo e ritmo, estão aquém das necessidades de provimento mínimo do cidadão desamparado. A burocracia estatal atua segundo as regras instituídas, numa sociedade que segue amorfa; mas precisa sacudir a letargia de seus agentes, que se distanciam do sofrimento social, e realizar, enfim, aquilo que é justo e imperativo para a sociedade a quem serve. Não se pode sonegar, à opinião pública, a compreensão de que muitas vidas têm sido vividas sem substantividade, são cotidianamente vilipendiadas pela omissão e ineficiência histórica do poder público. Não devemos apenas lamentar, nos desastres, as vidas perdidas de pessoas de camadas afluentes como se fossem as únicas portadoras de projetos para o seu futuro, ora minados; de sonhos que jamais se concretizarão. A trivialidade da morte daqueles que sofrem constante aviltamento de sua condição humana e cujos corpos são carregados por água contaminada e lama tem muito a nos dizer sobre uma ordem social injusta. Os grupos empobrecidos que venturosamente sobrevivem e resistem no terreno não são destituídos de um sentido de vida partilhado: há uma luta incessante pela garantia dos mínimos sinais vitais; há valores que norteiam essa luta; há uma vigorosa solidariedade intracomunitária que, ao invés de ser vista como elemento indicativo de uma dignidade coletiva inerente, e lançar pontes para um novo pacto social, é obscurecida e sufocada pela ideologia do caos, em torno da qual essa dignidade é friamente subtraída dos grupos severamente afetados. Compreender a importância dos recursos culturais que as comunidades produzem e exercitam para se manter de pé quando tudo rui ao derredor é um passo necessário para respeitá-las; para viabilizar o partilhamento das estratégias exitosas, para difundir os saberes dos sujeitos sujeitados. É dar um passo adiante no processo civilizacional. Ademais, sob o manto da heterogeneidade cultural, que caracteriza a sociedade brasileira, é dever não aplicar medidas padronizadas e reducionistas de prevenção, preparação, resposta e reconstrução. Grupos sociais distintos exigem medidas distintas: povos tradicionais, como quilombolas, indígenas e ribeirinhos, são portadores de uma cosmogonia diversa da de grupos plenamente integrados ao mundo moderno; por conseguinte, suas demandas ao Estado são diferenciadas. Medidas vocalizadas pelo ente público como sendo "remoção" tornam-se ainda mais violentas e devastadoras se dirigidas a tais grupos, cuja

cultura, modo e meios de vida estão imbricados aos recursos ambientais de sua territorialidade específica. Daí porque, conforme assinala Critelli (2004), temos de ser vigilantes para fugir de dois tipos de arrogância: tanto aquela relacionada ao ato de tomar para si o poder de julgar os outros e decidir unilateralmente sobre o seu destino, como também por meio das ditas boas ações, quando se vai socorro do outro, impedindo-o de decidir sobre a própria vida. Passados mais de 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, andamos a passos de tartaruga para viabilizar que todos os seres humanos sejam iguais em dignidade e direitos, conforme o seu Artigo 1º; que tenham direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e o direito à segurança em caso de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle, conforme sinaliza o seu Artigo 25.

Assim, os profissionais que atuam nos desastres precisam enxergar os grupos afetados para além da ideologia do caos, depreendendo as lógicas e os processos sociopolíticos subjacentes à degradação humana a que tais grupos são levados. Se tais profissionais tiverem empenho nessa questão, sua intervenção será condizente com a tarefa impostergável de transformação da realidade social, ora em visível e crescente barbárie.

A indagação impostergável, que é imperativo fazer para que saíamos das névoas das ideologias, é a seguinte: por que a nação brasileira, que mobiliza tantos esforços em donativos e trabalho voluntário nos desastres, aceita testemunhar passivamente a desproteção cotidiana dos grupos empobrecidos, que são vítimas fáceis nos desastres? A resposta a esse paradoxo mostra, uma vez mais, a fratura entre a ação humanitária e a ação em prol dos direitos humanos, e é em torno dos últimos que devemos nos aglutinar para alterar radicalmente as abordagens de enfrentamento dos desastres, que aumentarão exponencialmente nos anos vindouros. O abandono dos pobres à própria sorte, cedo ou tarde, respingará no restante da sociedade, como já está ocorrendo. Os processos segregacionistas são um autoengano coletivo, não têm a força de mascarar por muito tempo a perniciosidade de uma nação cindida: de um lado, a segurança ilusória dos condomínios de alto padrão e, de outro, amplos contingentes humanos que, sem alternativas habitacionais

condizentes, são submetidos ao mercado de terras paralelo, em morros e áreas de várzea, ambos desprovidos de infraestrutura.

Um misto de fúria das águas, de um lado, e de estresse hídrico, de outro, dissolverá paulatinamente a distinção de classe social na composição dos grupos severamente afetados nos desastres. Isso requer um exame na consciência coletiva da nação, até que ela caia em si e saiba quão relevante é que os grupos afetados nos desastres sejam parte constitutiva ativa nos processos deliberativos em defesa civil, influenciando em suas políticas e em seus programas, influenciando no coração da instituição.

Penso que tais exigências que, em última instância, apontam para a justiça social, não sejam exclusivas da sociedade brasileira, pois dizem respeito a todos os povos submetidos nas Américas e no restante do mundo. São, enfim, exigências do Tempo que corre contra nós.

Referências:

ANDRADE, C. D. Caso pluvioso. In: ANDRADE, C. D. (Org). *Antologia poética*. 51 ed. Rio de Janeiro: Ed. Record. p. 261-263. 2002.

ANDRADE, C. D. Composição. In: ANDRADE, C. D. (org). *Antologia poética*. 51. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record. p. 287. 2002.

ARENDT, H. *A condição humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária. 2000.

BENJAMIN, W. *Tesis de filosofia de la história*. México: Premia. 1982.

BOFF, L. *O preço de não escutar a natureza*. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/leonardo-boff-o-preco-de-nao-escutar-a-natureza.html>. Acessado em: 16 jan 2011.

CRITELLI, D. Entre a arrogância e a compaixão. *Folha de São Paulo*, Equilíbrio, 1º abril de 2004. p.12. 2004.

DOMBROWSKY, W. R. Again and again: is a disaster what we call a "disaster"? In: QUARANTELLI, E. L. (Ed.) *What is a disaster?* Perspectives on the question. London, New York: Routledge. 19-30. 1998.

FAORO, R. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Ed. Globo. 1979.

HEWITT, K. Excluded perspectives in the social construction of disaster. In: QUARANTELLI, E. L. (Ed.) *What is a disaster?* Perspectives on the question. London, New York: Routledge. 75-91. 1998.

LEIS, H. R. Para uma genealogia do ambientalismo. *Cadernos de Pesquisa*. n. 9, março. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. 1997.

MARTINS, J. S. *A sociabilidade do homem simples*: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec. 2000.

MATOS, O. O mal-estar na contemporaneidade: performance e tempo. *Comciência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, n. 101, 10 set 2008. SBPC. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=38&id=459>. Acessado em: 23 fev 2011.

MORAES, A. C. R. Notas sobre formação territorial e políticas ambientais no Brasil. *Revista Ciência e Ambiente*, Santa Maria-RS, v. 19, p. 113-120. 1999.

QUARANTELLI, E. L. Epilogue. In: QUARANTELLI, E. L. (Ed.) *What is a disaster?* Perspectives on the question. London, New York: Routledge. 234-273. 1998.

QUARANTELLI, E. L. A social science research agenda for de disasters of the 21st century: theoretical, methodological and empirical issues and their professional implemantations. In: PERRY, R. W.; QUARANTELLI, E. L. (Eds.) *What is a disaster?* New answers to old questions. USA: International Research Committee on Disasters. 325-396. 2005.

SOROKIN, P. A. *Man and society in calamity* – the effects of war, revolution, famine and pestilence upon human mind, behavior, social organization and cultural life. New York: E. P. Dutton and Company Inc. 1942.

SOUSA SANTOS, B. As tensões da modernidade. Enciclopédia Digital Direitos Humanos II. Natal: CENARTE/DHNET. 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura4.html>. Acesso em 12 abr 2007.

VALENCIO, N. *et al.* O desastre como desafio para a construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados, *Cronos*, v. 8, n. 1, 81-100. 2007.

VALENCIO, N.; VALENCIO, A. O guardador do portal de Hades: elementos sociopolíticos para uma análise acerca do enfrentamento institucional dos desastres no Brasil. VALENCIO, N. (Org.) *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora. p. 3-29. 2010.

Mesa: Emergências e desastres e sua interface com as políticas públicas de saúde mental e assistência social



Percepção de risco no contexto da seca: um estudo exploratório²

Angela E. L. Coêlho³

RESUMO

O significado de um desastre para os sobreviventes determina não só como a situação é vivenciada, mas também como a recuperação ocorre. Experiências repetidas com um mesmo evento podem gerar uma subcultura do desastre que mitigaria os efeitos do estresse. Este estudo analisou as percepções de risco dos residentes de duas cidades no nordeste brasileiro. Os resultados revelaram que os participantes da região sem seca apresentaram níveis de percepção de risco mais altos do que os participantes da região da seca. Essa diferença pode ser explicada pela alta percepção de risco das pessoas que residem em Areia (experiência desconhecida) ou pela baixa percepção de risco dos residentes de Queimadas (experiência conhecida). Esses resultados mostram a importância de se considerar a percepção de risco do sobrevivente como uma variável de pesquisa. Também é importante avaliar o desenvolvimento da subcultura do desastre, a qual pode alterar o significado do evento e a resposta a este.

Palavras-chave: Desastre, Percepção de Risco, Seca.

Introdução

O significado de todo evento é uma interação complexa entre o evento, o passado e o presente da pessoa, bem como o seu contexto social (URSANO, KAO & FULLERTON, 1992). O significado do evento para os sobreviventes determina não somente como a situação é vivenciada inicialmente, mas também a maneira como a recuperação ocorre e a vida é restabelecida. Consequentemente, o significado do contexto não está

2 Artigo originalmente publicado na revista Psicologia para América Latina: Psicol. Am. Lat. n.10m México jul. 2007, versão On-line ISSN 1870-350X

3 Doutora em Psicologia social. Professora do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê, em João Pessoa, PB. Trabalha com aspectos psicossociais das emergências e dos desastres.

somente no contexto em si nem nas pessoas, mas também na interação entre as pessoas e o evento (APPLEY & TRUMBULL, 1986; Silva, 1993).

De acordo com Appley e Trumbull (1986, p. 313), o contexto em que um evento ocorre é "definido apenas em parte pelo tempo real e pelo espaço geográfico". Embora essa informação ajude a determinar as características de um determinado evento ou processo, o significado do evento origina-se, na maior parte, dos aspectos mais indiretos do ambiente em que ocorre. Lazarus (1966) indicou a importância de usar a percepção de risco dos sobreviventes como uma variável na pesquisa do estresse e demonstrou o aumento da possibilidade de prever a ocorrência de problemas psicológicos usando medidas de percepção de risco.

Algumas considerações sobre a avaliação cognitiva

Embora determinados ambientes produzam estresse em algumas pessoas, diferenças individuais e grupais sempre existiram. As pessoas e os grupos diferem em sua sensibilidade e vulnerabilidade para determinados tipos de eventos, bem como em suas interpretações e reações a eles. Para melhor compreensão das variações entre pessoas em situações similares, tanto os processos cognitivos que mediam o evento e a reação quanto os fatores que afetam esta mediação devem ser considerados (LAZARUS & FOLKMAN, 1984). Além disso, devemos considerar que o processo da avaliação cognitiva é essencial à nossa sobrevivência, porque nós precisamos distinguir entre as situações que são seguras e aquelas que são perigosas.

A avaliação cognitiva pode ser compreendida como um processo de categorização de um evento, cujos vários aspectos estão relacionados ao bem-estar das pessoas. Lazarus e Folkman (1984) discutem que essa categorização reflete uma relação original e de transformação que ocorre entre os valores e as crenças da pessoa e o ambiente, cujas características necessitam ser interpretadas.

De acordo com o modelo teórico em discussão, há dois níveis de avaliação cognitiva: primário e secundário. A avaliação primária envolve a avaliação do evento, levando em consideração se a pessoa está correndo risco agora ou no futuro, e de que forma. A avaliação secundária é a avaliação do que pode ser feito para enfrentar o evento. Há três tipos de avaliação preliminar: (1) irrelevante; (2) benigna – positiva e (3)

estressante. A avaliação primária irrelevante ocorre quando a interação da pessoa com o ambiente não contém implicações negativas para o seu bem-estar. No caso da avaliação benigna, a interação é considerada positiva e benéfica para o bem-estar da pessoa.

A avaliação primária estressante está subdividida em três categorias. A primeira categoria envolve os danos e as perdas. Nesse caso, os danos à pessoa já ocorreram, sejam eles em termos físicos ou psicológicos. Na segunda categoria, existe uma ameaça de danos que não aconteceram ainda, mas está sendo antecipada. A avaliação cognitiva da ameaça é diferente daquela da perda no que diz respeito à possibilidade de articular antecipadamente estratégias de enfrentamento. Quando as pessoas podem antecipar as perdas futuras, elas podem planejar e resolver algumas das dificuldades que serão encontradas. A terceira categoria está relacionada à avaliação do estresse e do desafio a ser enfrentado, e é semelhante àquela da ameaça, porque também necessita da mobilização de estratégias para lidar com a situação. Entretanto, a diferença principal é que o foco da avaliação do desafio está no ganho e no crescimento, enquanto que a da ameaça é caracterizada por emoções negativas.

Na avaliação cognitiva secundária, a ênfase é nas necessidades da pessoa em saber como controlar a situação, e se algo pode ser feito para alterar o resultado. Esta estratégia de avaliação é crucial, uma vez que os resultados do evento podem depender das ações realizadas pela pessoa (LAZARUS & FOLKMAN, 1984).

Lazarus e Folkman (1984) enfatizam diversos fatores pessoais que têm relevância particular na avaliação cognitiva. Os fatores pessoais relevantes ao evento e os fatores ambientais que têm o potencial de criar o risco serão enfatizados na discussão atual. Os fatores individuais e ambientais devem ser considerados e analisados juntos ou perderão o seu poder de previsão da avaliação cognitiva, uma vez que os processos individuais e ambientais interagem para determinar o relacionamento entre ambos. Muitos dos fatores pessoais e ambientais têm o potencial de contribuir ao aumento da percepção do risco ou diminuí-la.

Com relação aos fatores pessoais que são determinantes importantes da avaliação, podemos mencionar como um exemplo as crenças, que influenciam a avaliação de diversas maneiras. Primeiramente,

determinando o que é importante para a pessoa; em segundo lugar, dando forma à sua compreensão sobre o evento e, consequentemente, a suas emoções e a estratégias de enfrentamento; e, em terceiro, fornecendo a base para a avaliação dos resultados.

Embora muitas crenças sejam importantes para a avaliação, as crenças a respeito do controle pessoal e do sentido da existência são particularmente importante para a teoria do estresse. A maioria dos estudos sugere que a avaliação de determinado resultado como controlável minimizaria o estresse. No entanto, as crenças não são suficientes para a avaliação. Elas estão articuladas a outros fatores ambientais que irão determinar a extensão da perda/ganho, ameaça ou desafio que será vivenciado.

Dessa forma, uma compreensão dos eventos que põem em risco a vida das pessoas ajudaria na análise da percepção de risco e na elaboração de estratégias de mitigação de desastres.

Considerações sobre os desastres

A distribuição geográfica dos desastres entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento merece consideração especial. Berz (1989) relata que, dos 109 piores desastres naturais que ocorreram entre 1960 e 1987, 41 aconteceram nos países em desenvolvimento. Entretanto, quando o número de mortos é considerado, nos países em desenvolvimento este número chega a 750.850 mortos, em contraste com os 11.410 nos países desenvolvidos.

Os desastres naturais têm feito parte da história da humanidade. Sua ocorrência mudou pouco nos últimos 100 anos, mas o que mudou realmente foi a capacidade das sociedades de lidar com tais eventos (APTEKAR, 1994). Entretanto, no mundo moderno, há um paradoxo entre o desenvolvimento tecnológico nas ciências, que contribui para uma vida mais segura e mais saudável, e a incidência de extremos da natureza (por exemplo, terremotos, secas). O paradoxo torna-se mais complicado porque a aplicação dos avanços tecnológicos tem também alguns componentes de risco que são resultado da execução inadequada e/ou falhas das novas tecnologias. Atualmente, as comunidades estão em risco não somente por causa dos eventos geofísicos, mas também por causa das explosões industriais, da

liberação de substâncias tóxicas e dos acidentes no transporte de produtos químicos (SMITH, 1992).

Os desastres são fenômenos complexos e multidimensionais que causam morte, sofrimento e perdas econômicas (WEISAETH, 1993). Korver (1987) encontrou mais de 40 definições científicas dos desastres, refletindo a variedade das disciplinas que os analisam, entre elas Psicologia, Medicina, Sociologia, Ciências Políticas, Engenharia e Economia. A maioria das definições enfatiza a destruição severa que excede a capacidade de a comunidade afetada recuperar-se (WEISAETH, 1993, World Health Organization – WHO, 1992). Os desastres, suas causas e suas consequências estão também relacionados aos processos e às estruturas sociais (TIERNEY, 1989). O grau de desorganização social que ocorre depois dos desastres está intrinsecamente relacionado às estratégias pré-desastre da comunidade. Em países desenvolvidos, os sistemas para a detecção primária do evento, bem como as estratégias de gerenciamento pré e pós-desastre, têm reduzido consideravelmente os danos físicos e aumentado as chances que os sobreviventes terão de recuperar-se e reconstruir suas comunidades (KROLL-SMITH & COUCH, 1993).

O comportamento humano e os processos sociais afetam e são afetados por todos os estágios dos desastres, desde o período pré-desastre ao impacto e aos estágios da recuperação (KREPS, 1984; TIERNEY, 1989). Consequentemente, a capacidade do ajuste e os recursos psicológicos, sociais e físicos da comunidade são elementos essenciais para definir quando um evento destrutivo poderá conduzir aos desastres. Por exemplo, os terremotos de magnitudes similares não são igualmente destrutivos em todas as partes do mundo. Algumas sociedades desenvolveram tecnologias para diminuir os efeitos dos terremotos, como a construção de edifícios mais resistentes e o desenvolvimento de planos de emergência mais eficazes (TIERNEY, 1989).

Algumas definições limitam os desastres aos eventos que são concentrados no tempo e no espaço, ou que acontecem repentinamente, sem aviso, e de maneira incontrolável (BERREN, SANTIAGO, BEIGEL & TIMMONS, 1989). Já as agências internacionais definem o desastre como "uma severa ruptura ecológica e psicológica, que excede a capacidade de enfrentamento da comunidade afetada" (WHO, 1992, p. 2). Quando comparados com as definições apresentadas, os eventos como a seca, a fome, os acidentes nucleares e químicos, os conflitos sociais e as

epidemias seriam classificados como desastres pela definição da WHO, mas não pelas anteriores. Embora os eventos tivessem consequências desastrosas em longo prazo, não seriam considerados desastres pelas primeiras duas definições porque não acontecem abruptamente nem são limitados no tempo e no espaço. As implicações econômicas, emocionais e políticas podem estar atreladas a definição dos desastres. Em alguns casos, a negação da severidade de um terremoto, de um ciclone ou da seca, afeta não somente a ajuda humanitária internacional, mas também compromete a possibilidade de ajuda local (QUARANTELLI, 1986).

Weisaeth (1993) indica as características que ajudam a definir as consequências do desastre. Primeiramente, considerando um evento como um desastre, pode alterar, entre outros fatores, a quantidade de ajuda oferecida. Se um evento for classificado como desastre, chamará provavelmente mais atenção das agências de ajuda para emergências. Em segundo, o conceito de desastre tem valores políticos e emocionais, que podem influenciar os sobreviventes e o público em geral. E, em terceiro lugar, a extensão de um desastre, em contraste com outros eventos graves e traumáticos (por exemplo, um acidente de carro com vítimas fatais), cria uma demanda, que poderá levar a exaustão dos recursos da comunidade.

Muitas mudanças sociais, econômicas e culturais influenciaram as estratégias de prevenção e de mitigação dos desastres nos últimos 20 anos (ALEXANDER, 1997). Essas mudanças foram influenciadas pela abordagem de que os riscos são interfaces entre os processos naturais do ambiente e as populações que vivem nesses lugares (SMITH, 1992). Hewitt (1997) oferece uma perspectiva humana ecológica dos desastres, com ênfase na distribuição das vulnerabilidades humanas, de condições de intervenção e de respostas ao evento. O autor sugere que, em vez de ser uma exceção, os desastres ocorrem em situações normais da vida diária. O que é essencial à avaliação é considerar as vulnerabilidades das pessoas e o risco com o qual elas têm de lidar como parte de sua vida diária, em vez de apenas enfatizar, o agente físico, que causou o desastre. Alexander (1997) sugere que o risco e a vulnerabilidade são as duas faces de uma mesma moeda. O risco pode ser considerado o produto do perigo (evento físico e seu impacto) em conjunto com a vulnerabilidade (susceptibilidade ao perigo ou à perda).

Percepção de risco no contexto dos desastres

Dake (1992) afirma que a maioria dos estudos sobre a percepção e a comunicação dos riscos enfatiza primeiramente os danos que podem acontecer. A maioria deles ignora o contexto cultural em que tais riscos são elaborados e discutidos e o ambiente no qual o risco e a percepção do risco ocorrem. O autor revela que, quando as pessoas percebem o risco e se preocupam com ele, é a cultura que fornecerá o sentido social construído sobre a natureza do evento. Os sistemas de crenças são construídos e internalizados pelas pessoas, dessa forma, passando a fazer parte integral de sua visão de mundo, e irão influenciar a interpretação dos eventos que ocorrerão.

Geralmente, os modelos usados para estudar as consequências para a saúde mental depois que os desastres ocorrem estão baseados nos modelos interacionais de Endler (1975) e Lazarus (1966). A percepção de risco foi identificada nesses modelos como uma variável importante que relaciona as circunstâncias da situação dos desastres com as respostas psicológicas a curto e a longo prazos (KATES, 1977). Lazarus (1966) tem enfatizado a avaliação cognitiva da situação estressante como importante fator determinante das reações do estresse e da ansiedade. Endler (1975) afirma também a importância da percepção de risco como mediador das reações de estresse no seu modelo interacional pessoa-situação de ansiedade. Spielberg (1972) incluiu a percepção como uma importante variável em seu modelo de estado-traço de ansiedade. O autor definiu o estresse como "a relação entre a pessoa e o ambiente, na qual os estressores estão relacionados às reações de ansiedade devido à percepção de risco" (SPIELBERG, 1972, p. 47).

Lewis (1990) afirma que o que nós fazemos para diminuir o risco depende do que nós pensamos que é ameaçador, e se nós pensamos que o risco pode ser reduzido. Devido a este fato, algumas perguntas podem ser feitas: Como as pessoas reconhecem o risco? Qual o critério adotado para determinar se o risco é aceitável? Por que nós temos receio com relação a determinados eventos e ignoramos outros?

Smith (1992) relata que na população geral, o termo "risco" é usado como um sinônimo para perigo. Mas risco, definido tecnicamente, tem a implicação adicional de que há uma possibilidade de um perigo real acontecer. O perigo é definido como "uma ameaça potencial para

seres humanos e seu bem-estar" e risco como "a probabilidade da ocorrência do perigo" (SMITH, 1992, p. 6). Dessa maneira, para o autor, os desastres podem ser vistos como "a ocorrência de um perigo". O termo administração dos riscos significa identificar as vulnerabilidades que colocam as pessoas em perigo e tentar reduzi-las – minimizando consequentemente as ameaças à vida, à propriedade e ao ambiente – e, ao mesmo tempo, maximizar as oportunidades para o crescimento.

A avaliação do risco não pode estar dissociada dos valores e dos julgamentos, que são condicionados, por sua vez, pelas crenças e pelas circunstâncias individuais. Muitas pessoas tomam decisões e agem em relação aos perigos que enfrentam baseadas em sua visão pessoal do risco, em vez de usar uma medida objetiva do perigo. Consequentemente, as percepções de risco devem também ser consideradas como um componente importante para o planejamento de estratégia para a administração de risco, juntamente com medidas objetivas de avaliação desses processos. Geralmente, há uma distinção entre os perigos reais e os percebidos, principalmente porque as pessoas percebem os riscos diferentemente das predições feitas baseadas nos modelos de avaliação objetiva. A resolução do conflito entre os resultados das análises técnicas dos perigos e as percepções subjetivas de risco devem ser fator predominante a ser analisado para a elaboração das estratégias de administração de risco (SMITH, 1992).

A percepção do perigo está relacionada aos desastres e é influenciada por um grupo dos fatores inter-relacionados, que inclui experiências passadas, atitudes atuais em relação ao evento, personalidade e valores, junto com as expectativas futuras. Um fator importante é a experiência passada com o evento. Os desastres com os quais as pessoas não estão familiarizadas têm o potencial de causar comprometimento psicológico maior. A experiência prévia com o evento, em nível individual ou coletivo, pode criar as subculturas dos desastres, que ajudam a mitigar os efeitos do estresse relacionados ao desastre (BOLIN, 1989; MILETI, DRABEK, & HAAS, 1975; NORRIS & MURRELL, 1988). As subculturas dos desastres "incluem ajustamentos reais ou potenciais, social, psicológico e/ou físico que são usados por residentes destas áreas em um esforço para lidar com os desastres que aconteceram ou que a tradição indica que poderão acontecer no futuro" (MOORE, 1964, p.195). Hannigan

e Kueneman (1978) elaboraram esse conceito e incluíram elementos culturais tais como as normas, os valores e as crenças que influenciarão uma subcultura de um desastre específico.

Diversos estudos foram realizados no campo da percepção de risco e do desastre. Meltsner (1978) relatou que a experiência direta com eventos similares é, provavelmente, o incentivo mais importante para a adoção de medidas de mitigação. Após o terremoto de 1971 que afetou San Francisco, na Califórnia, muitas medidas foram adotadas para mitigar os terremotos futuros. Um estudo revelou que 46% da população em San Fernando e Sylmar (perto de San Francisco) tomaram precauções para minimizar os futuros abalos sísmicos. Essa porcentagem foi reduzida a 24% para o resto do Vale de San Fernando e a 11% para a área de Los Angeles, que é um pouco mais distante da área onde o terremoto havia acontecido anteriormente.

Lindell e Perry (1990) realizaram um estudo sobre a percepção de riscos de acidente nuclear com os residentes do estado de Washington, nos Estados Unidos, cinco meses antes do acidente de Chernobyl, em 1989, e um mês após este acidente. Os resultados mostraram que a magnitude do acidente de Chernobyl reduziu a percepção de risco em nível local. Os participantes da pesquisa disseram que os acidentes locais teriam uma probabilidade menor de acontecer devido ao acidente em Chernobyl.

Em outro estudo sobre percepção de risco, Perry, Lindell e Greene (1982) analisaram a percepção de risco relacionada ao vulcão na Montanha Santa Helena, no estado de Washington, que estava inativo por 123 anos, quando houve uma erupção em março de 1980. Os moradores de sete comunidades situadas próximas à montanha foram entrevistados em relação a sua estimativa de risco pessoal, as fontes e a frequência da informação recebida e o nível de confiança da população em relação à adequação da informação recebida. Os resultados indicaram que uma intensa disseminação da informação sobre as atividades do vulcão durante um curto período de risco iminente sensibilizou a população com relação ao evento. A alta percepção de risco estava associada com a alta frequência em relação à informação recebida.

Smith (1992) considera alguns fatores que podem aumentar ou reduzir a percepção do perigo pelo público. Os perigos são considerados

mais seriamente quando têm o potencial para colocar em risco a vida das pessoas e este risco é imediato. Os eventos são considerados menos perigosos quando a mortalidade é distribuída em uma área geográfica e o risco à vida é indireto (por exemplo, as mortes que acontecem por desnutrição devido à seca). Isso significa que uma enchente seria considerada muito mais séria do que uma seca.

A identificação das vítimas e dos sobreviventes de um evento é muito importante para a percepção do risco, tendo em mente que esse fato não se restringe somente à esfera individual. Esta percepção será amplificada se houver crianças envolvidas ou se as vítimas pertencerem a um grupo específico. O nível de conhecimento é outro fator importante, particularmente quando este está relacionado ao nível de credibilidade das fontes de informação sobre o risco. Esse fator é crucial, especialmente quando ocorrem os riscos tecnológicos complexos. Outra situação que agravaria o contexto seria se, juntamente com a falta do conhecimento científico, as pessoas não acreditarem na informação fornecida pelos técnicos (SMITH, 1992).

Smith (1992) relata que alguns analistas de risco consideram que as percepções de risco dos leigos não são válidas porque estão baseadas em influências emocionais e subjetivas. Entretanto, para o leigo, as percepções são as únicas abordagens importantes, porque elas incorporam as análises técnicas com os julgamentos individuais baseados na experiência, no contexto social e em outros fatores. A dificuldade na elaboração do planejamento de estratégia para administração de risco começa quando os analistas técnicos consideram que suas conclusões devem ser aceitas, sem questionamentos, somente porque são baseadas em dados objetivos. Caso os leigos rejeitem essas conclusões, os analistas entenderão tal fato como sendo simplesmente uma negação do perigo existente. Essa interpretação por parte dos técnicos pode ser errônea, se eles não levarem em consideração os fatores individuais emocionais, sociais e econômicos, que estão envolvidos no contexto do perigo. Há claramente a necessidade de uma comunicação melhor sobre riscos entre os analistas e o público, considerando especialmente as diversas interpretações dos riscos e seus componentes emocionais e sociais.

Um estudo exploratório: a questão da seca na Paraíba

Este estudo é parte de um projeto de pesquisa mais amplo sobre as respostas psicológicas à seca. A natureza da pesquisa foi exploratória, tendo em vista que ela abordou um evento pouco estudado, que é classificado como de ocorrência gradual, segundo a classificação dos desastres. As enchentes são os eventos naturais mais comuns no mundo, no entanto, um número muito maior de pessoas sofre as consequências das secas. Foi estimado que na década de 1970, em média, aproximadamente 25 milhões de pessoas mundialmente foram afetadas negativamente pela seca (SMITH, 1992).

Smith (1992) refere-se à seca como um perigo assustador, porque ela evolui lentamente, insidiosamente, algumas vezes durante meses, e tem longa duração. Diferentemente de outros eventos, as secas não estão restritas a certas áreas topográficas e suas consequências podem envolver centenas de quilômetros quadrados. Para o autor, nos países desenvolvidos ninguém morre por causa da seca. No entanto, em muitos países em desenvolvimento, os efeitos desastrosos da seca, juntamente com uma situação de escassez alimentar, poderão levar à morte por fome.

A seca é comum em regiões do Nordeste do Brasil (HASTENRATH & HELLER, 1977; SMITH, 1992), onde este trabalho foi realizado. A região susceptível à seca geralmente é descrita como sendo partes dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, aproximadamente um décimo do estado do Piauí e uma parte do estado da Bahia.

Esta pesquisa foi realizada em dois municípios, Queimadas (região de seca) e Areia (região sem seca), no estado da Paraíba. A topografia desse estado faz que existam regiões que são seriamente afetadas pela seca, enquanto outras recebem chuvas anuais regulares. Para garantir que todos os participantes estariam sob o mesmo nível de pressão e demandas econômicas, assegurando a consistência das amostras entre homens e mulheres, somente os chefes de família casados foram entrevistados. Participaram da pesquisa 51 homens e 51 mulheres em cada cidade, perfazendo o total geral de 204 participantes nas duas cidades. Os homens e as mulheres que participaram da pesquisa moravam em residências distintas, não eram casais de uma mesma residência.

Os questionários foram administrados oralmente na residência dos participantes. Foi necessária a administração oral para garantir a consistência do procedimento, tendo em vista que alguns dos participantes não eram alfabetizados. Foi explicado para os participantes que o estudo era completamente voluntário e que suas respostas seriam anônimas e mantidas confidenciais. Foram usadas medidas para avaliar as respostas psicológicas dos participantes, cujos resultados estão publicados em outro artigo (COELHO, ADAIR & MOCELLIN, 2004), bem como um questionário sobre a percepção de risco.

O questionário sobre a percepção de risco era constituído de seis questões relacionadas às opiniões dos participantes sobre a seca e o seu impacto na sua vida diária. Quatro questões foram elaboradas na escala Likert. As outras duas questões foram abertas: "Quem é responsável pela seca?" e "Você acha que a seca vai acabar logo?"

Uma variável composta geral foi criada com a média dos quatro itens do questionário. Os valores foram codificados na ordem inversa dos valores originais do questionário, de forma que um valor maior indicaria uma maior percepção de risco, com os valores totais variando de 4 a 16. O coeficiente de fidedignidade para esta escala foi de 91. Análises de Variância (Anovas) foram realizadas para avaliar as diferenças da percepção de risco de acordo com as cidades e as variáveis demográficas. O único resultado significativo foi para cidade. Contrariamente às expectativas, os participantes residentes em Areia (sem seca) ($M = 13.20$, $SD = 3.340$) relataram níveis significativamente mais altos de percepção de risco do que os participantes residentes em Queimadas (seca) ($M = 9.54$, $SD = 3.93$), $F = (1, 202) = 51.26$, $p = < .01$.

A fim de explorar as relações entre a percepção de risco e as medidas psicológicas, foram computados os coeficientes de correlação Produto-Momento de Pearson. Para as mulheres na área da seca, houve tendência a correlação positiva entre a percepção de risco e cada uma das medidas psicológicas, implicando que quanto maior o nível de percepção de risco, maiores os níveis de ansiedade e distresse emocional. Entretanto, para os homens essa relação não foi encontrada em Queimadas. Na área sem seca, a tendência para relações positivas entre percepção de risco e respostas psicológicas estava presente, mas só para homens.

Contrariando as expectativas de que as pessoas que morassem na área da seca teriam mais medo da sua ocorrência devido às consequências negativas, os resultados deste estudo revelaram o oposto: os participantes na área da seca tinham níveis de percepção de risco significativamente menores do que os participantes na área sem seca. Essa diferença inesperada pode ser explicada por uma combinação de percepção de risco aumentada pelas pessoas que moram em Areia e pela percepção de risco diminuída das pessoas da região com seca. Em qualquer um dos casos, o perigo tem diferentes significados, dependendo de onde você mora.

Uma explicação plausível para a diminuição da percepção de risco dos residentes de Queimadas foi que a sua adaptação a esse estresse recorrente sugere algo similar aos processos encontrados no que tem sido chamado de subcultura do desastre. Essa ideia da subcultura do desastre inclui mecanismos reais ou potenciais em níveis psicológicos, sociais e físicos que são empregados pelos residentes de áreas atingidas por eventos recorrentes. As comunidades, e presumivelmente as pessoas, aprendem com a experiência, incorporando a seus repertórios as lições que aprenderam em eventos prévios.

As comunidades com história de desastres recorrentes estão tipicamente mais bem capacitadas para responder ao próximo evento. A crescente familiaridade com o evento recorrente e suas consequências gradualmente muda em nível conceitual o significado do evento para as comunidades, que, por sua vez, influencia a avaliação do perigo pelo grupo. Embora medidas diretas da subcultura do desastre não tenham sido usadas nesta pesquisa, Queimadas tem todas as condições que poderiam contribuir para o seu surgimento, tendo em vista que a seca é um evento repetitivo e que se estabelece vagarosamente. Com o evento recorrente, o perigo é normalizado e colocado em um contexto que o torna compreensível, dessa forma pode ser considerado menos ameaçador do que os eventos que são desconhecidos para a comunidade. Alternativamente, as diferenças encontradas podem ter sido devidas ao aumento da percepção de risco das pessoas que residem em Areia. Esses residentes nunca vivenciaram a seca pessoalmente, só podem especular ou imaginar sobre o fato. As descrições dos jornais geralmente revelam a condição mais grave, que pode contribuir para medos e preocupações que não estão totalmente baseados na realidade.

Considerações finais

Existe a necessidade de pesquisas sobre percepção de risco, prevenção de desastres e estratégias de mitigação no contexto urbano. Tal necessidade encontra-se atrelada ao aumento demográfico, assim como ao aumento da população urbana no mundo. O desenvolvimento de estratégias eficazes da administração de risco requer tanto o conhecimento do ambiente físico como dos processos sociais, psicológicos e econômicos que podem afetar as respostas das pessoas às condições ambientais de perigo.

Indiretamente, a análise dos riscos irá identificar as condições de vida, expondo as desigualdades e as vulnerabilidades das populações. Consequentemente, as estratégias para a redução dos riscos e dos desastres deverão contribuir para reduzir as vulnerabilidades das pessoas. A construção de ambientes mais seguros também pode ser vista como uma busca pela equidade, porque, durante o processo da construção, é preciso analisar as estruturas sociais, econômicas e políticas que poderiam estar contribuindo para o aumento dos riscos e das vulnerabilidades.

Outro fator que merece consideração é que as decisões sobre as estratégias para a administração dos riscos não podem estar baseadas inteiramente nas avaliações objetivas e nas estatísticas sobre a probabilidade de risco. Talvez uma visão mais diversificada e mais ampla do risco possa nos ajudar a compreender como as pessoas percebem o perigo e desenvolvem estratégias mais eficazes de prevenção.

Os estudos futuros nessa área devem considerar populações mais amplas, de vários níveis socioeconômicos e educacionais. Com esses dados, será possível relacionar características sociodemográficas com os níveis de percepção de risco e os sentidos dados ao perigo. Os estudos devem incluir perguntas sobre o que foi feito realmente, quando o evento aconteceu em termos das ações realizadas pelas pessoas. Não podemos esquecer que os desastres não ocorrem em um vácuo e que as ações que são realizadas pelas pessoas são elementos de um sistema cultural, social, político e econômico complexo.

Referências

- ALEXANDER, D. (1997). The study of natural disasters, 1977-1997: Some reflections on a changing field of knowledge. *Disasters*, 21, 284-304.
- APPLEY, M. H., & TRUMBULL, R. (1986). Dynamics of stress and its control. In APPLEY, M. H., & TRUMBULL, R. (Eds.) *Dynamics of stress: Physiological, psychological, and social perspectives*. pp. 309-327. New York: Plenum.
- APTEKAR, L. (1994). *Environmental disasters in global perspective*. Toronto: Maxwell Macmillan Canada.
- BERREN, M. R., SANTIAGO, J. M., BEIGEL, A., & TIMMONS, S. A. (1989). A classification scheme for disasters. In: GIST, R. & LUBIN, B. (Eds.) *Psychosocial aspects of disaster*. pp. 40-58. New York: John Wiley & Sons.
- BERZ, G. (1989). List of major natural disasters, 1960-1987. *Earthquakes & Volcanoes*, 20, 226-228.
- BOLIN, R. (1989). Natural disasters. In: R. Gist & B. Lubin (eds.), *Psychological aspects of disaster* (pp. 61-85). New York: John Wiley & Sons.
- COÊLHO, A. E. L., ADAIR, J. G., & MOCELLIN, J. S. P. (2004). Psychological responses to drought in Northeastern Brazil. *Interamerican Journal of Psychology*, 38, 95-103.
- DAKE, K. (1992). Myths of nature: Culture and social construction of risk. *Journal of Social Issues*, 48, 21-37.
- ENDLER, N. S. (1975). A person-situation interaction model of anxiety. In *Stress and Anxiety* (1). Edited by C. D. Spielberg, I G. Saranson. Washington DC: Hemisphere.
- HANNIGAN, J. A., & KUENEMAN, R. M. (1978). Anticipating flood emergencies: A case study of a Canadian disaster subculture. In QUARANTELLI, E. L. (Ed.), *Disasters: Theory and research*. pp.130-146. London: Sage Publication Ltd.
- HASTENRATH, S. & HELLER, L. (1977). Dynamics of climatic hazards in northeast Brazil. *Quarterly Journal Royal Meteorological Society*, 103, 77-92.

HEWITT, K. (1997). *Regions of risk: A geographical introduction to disasters*. London: Longman.

KATES, R. W. (1977). Natural hazard in human ecological perspective: Hypotheses and models. *Economic Geography*, 47, 438-451.

KORVER, A. J. H. (1987). What is a disaster? *Prehospital and Disaster Medicine*, 2, 152-153.

KREPS, G. A. (1984). Sociological inquiry and disaster research. *Annual Review of Sociology*, 10, 309-330.

KROLL-SMITH, J. S., & COUCH, S. R. (1993). Technological hazards: Social responses as traumatic stressors. In J. P. Wilson & B. Raphael (Eds.), *International handbook of traumatic stress syndromes*(pp. 79-91). New York: Plenum.

LAZARUS, R. S. (1966). *Psychological stress and the coping process*. New York: McGraw-Hill.

LAZARUS, R. S. & FOLKMAN, S. (1984). *Stress, appraisal and coping*. New York: Springer Publishing Company.

LEWIS, H. W. (1990). *Technological risk*. New York: W. W. Norton & Company.

LINDELL, M. K., & PERRY, R. W. (1990). Effects of the Chernobyl accident on public perceptions of nuclear power plant accidents. *Risk Analysis*, 10, 393-399.

MELTSNER, A. J. (1978). Public support for seismic safety: Where is it in California? *Mass emergencies*, 3, 165-184.

MILETI, D., DRABEK, T. E., & HAAS, J. E. (1975). *Human systems in extreme environments*. Boulder: University of Colorado, Institute of Behavioral Science.

MOORE, H. E. (1964). *And the wind blew*. Austin, TX: The Hogg Foundation for Mental Health.

NORRIS, F. H., & MURRELL, S. A. (1988). Prior experience as a moderator of

disaster impact on anxiety symptoms in older adults. *American Journal of Community Psychology*, 16, 665-683.

PERRY, R. W., LINDELL, M. K., & GREENE, M. R. (1982). Threat perception and public response to volcano hazard. *The Journal of Social Psychology*, 116, 199-204.

QUARANTELLI, E. L. (1986). What is a disaster? The need for clarification in definition and conceptualization in research. In: SOWDER, B. J. & LYSTAD, M. (Eds.), *Disaster and mental health: Contemporary perspectives and innovations in services to disaster victims*. pp. 49-81. Rockville, MD: National Institute of Mental Health.

SILVA, P. (1993). Post-traumatic stress disorder: Cross-cultural aspects. *International Review of Psychiatry*, 5, 217-229.

SMITH, K. (1992). *Environmental hazards: Assessing risk and reducing disaster*. New York: Routledge.

SPIELBERG, C. D. (1972). Anxiety as an emotional state. In: SPIELBERG, C. D. (Ed.), *Anxiety: Current trends in theory and research*, v. 1. New York: Academic Press.

TIERNEY, K. (1989). The social and community contexts of disaster. In: GIST, R. & LUBIN, B. (Eds.), *Psychosocial aspects of disaster*. pp. 11-39. New York: John Wiley & Sons.

URSANO, R. J., KAO, T., & FULLERTON, C. S. (1992). Posttraumatic stress disorder and meaning: Structuring human chaos. *Journal of Nervous and Mental Disease*, 180, 756-759.

WEISAETH, L. (1993). Disasters: Psychological and psychiatric aspects. In: GOLDBERGER, L. & BREZNITZ, S. (Eds.) *Handbook of stress: Theoretical and clinical aspects*. pp. 591-616. New York: Free Press.

World Health Organization (WHO). (1992). *Psychosocial consequences of disasters: Prevention and management*. Division of Mental Health, Geneva.



Os impactos das emergências e dos desastres na política de Assistência Social

Raquel Ventura⁴

Para entendermos os impactos das situações de emergência, desastre e contingência na Assistência Social, faz-se importante um resgate na história e na evolução dessa política pública, como é considerada hoje.

A assistência social no Brasil, na década de 80, deu um salto significativo, mediante seu reconhecimento na Constituição de 1988 como um dos tripés da seguridade social, ao lado da saúde e da previdência e ainda diferenciando-se desta última, com seu caráter não contributivo e universal, por deixar claro que seus serviços serão destinados "a quem dela necessitar"⁵.

Pouco tempo depois, em 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) vem ratificar a assistência como dever do Estado. Sem desconsiderar o movimento e as ações da sociedade, coloca o Estado no lugar onde deve estar, como norteador das ações e principal financiador e executor da assistência, e inaugura também o provimento dos mínimos sociais e dos benefícios assistenciais⁶. Há que se considerar nesse percurso de evolução todo o movimento dos trabalhadores sociais, das instâncias de debate e controle social.

Em 2004 houve mais um grande avanço na busca da consolidação da assistência social como política pública universal, inclusiva, sistemática e com caráter também preventivo⁷. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (Suas) são apresentados

4 Assistente social, gerente de Proteção Social Básica da Prefeitura Municipal de Cariacica, ES. Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Cariacica/ES. gpsb@cariacica.es.gov.br – (27) 3346-6330 / 9719-3390

5 Constituição Federal de 1988, Art. 194: "A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social."

6 Loas, Art. 1º "A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas."

7 PNAS/SUAS: "A política pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais e à universalização dos direitos sociais." (p. 33)

em princípio como proposta de governo, mas já com projeto de lei aguardando aprovação⁸.

A PNAS/Suas vem nortear e apresentar uma metodologia de intervenção, ratificando seu caráter de Política de Proteção Social, pautando a garantia de segurança de sobrevivência, acolhida e convivência familiar. Apresenta como pilares da intervenção a matricialidade familiar, a territorialização e a articulação de serviços socioassistenciais, entendendo que outras políticas sociais são fundamentais para o desenvolvimento das potencialidades das famílias e o atendimento às suas necessidades.

Dentre as diretrizes de atendimento das políticas sociais está a aproximação das realidades e o (re)conhecimento das vulnerabilidades da população. Em relação a tragédias e emergências, a Loas, em seu Art. 2º, prevê o provimento de condições para atender contingências sociais.

Quando refletimos sobre as situações de calamidade, contingência e tragédia, temos de ter claro o papel da assistência social e seus trabalhadores em diversas etapas desse processo; embora seja emergencial, deve fazer parte do planejamento estratégico não só da assistência, mas dos governos em sua totalidade. Tais situações trazem rebatimento direto no cotidiano do trabalho, no território de intervenção, na vida das famílias acompanhadas, no orçamento público e nas metas como um todo. Isso nos permite antecipar-nos aos fatos, a fim não de impedi-los (não temos esse poder), mas de minimizar seus impactos e comprometimentos na vida da sociedade.

Pela identificação dos impactos, o estudo sobre eles e o planejamento para enfrentar as tragédias, passamos a ter consciência das etapas de intervenção, que são: etapa preventiva, etapa emergencial e etapa pós-emergencial.

A etapa preventiva exige que o poder público tenha conhecimento das fragilidades sociais, ambientais, habitacionais, econômicas e estruturantes do seu território, a fim de se antecipar e, de forma intersetorial, se preparar e preparar os recursos e a própria população para os efeitos das contingências.

8 PL 3077/2008. Estabelece objetivos para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sua composição descentralizada e participativa, integrada pelos três entes federativos... define a proteção social básica e especial; cria o Cras e Creas. O documento está na Câmara dos Deputados, na mesa, aguardando retorno.

Ainda, com conhecimento da realidade, o poder público tem subsídios para elaboração das políticas públicas. Desse modo, deve-se elaborar intersetorialmente um "plano de contingências", com papéis definidos dentro das esferas de governo em relação a diversos serviços e intervenções necessários num momento de tragédia.

Devido ao planejamento anterior, a etapa emergencial marca efetivamente o rompimento com a prática meramente humanitária, voluntária e tempestiva. Isso não significa que somente os preparados tecnicamente ou os servidores devam atuar nesse momento; a participação dos voluntários é fundamental. Porém, faz-se importante o gerenciamento do processo, a fim de otimizar os recursos humanos e materiais, a logística das doações e dos atendimentos e a sistematização.

A etapa do pós-emergencial é extremamente importante, por tratar-se do acompanhamento das famílias afetadas pelas tragédias, que têm de lidar com as mais diversas perdas e dificuldades consequentes do ocorrido. Em relação à assistência social, esse acompanhamento poderá perpassar os três níveis de proteção existentes: a proteção social básica, por meio das equipes dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras), a proteção social especial de média complexidade, mediante os Centros Especializados de Assistência Social (Creas), e a proteção social especial de alta complexidade, por meio de abrigos e instituições de longa permanência.

É importante ressaltar que o acompanhamento deve sempre focar a ação para o retorno da família à proteção social básica, que propõe o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e tem como caráter fundamental a prevenção das situações de riscos sociais. Outra questão fundamental é que a etapa de acompanhamento pós-emergencial mantém seu caráter intersetorial, a fim de a família receber atenção das diversas políticas de proteção social.

Ao refletirmos sobre as situações de tragédia, as etapas de intervenção, acompanhamento e planejamento, não devemos perder de vista, em nenhum momento ou fase, o mais importante de tudo: a consideração e a valorização da história de vida das famílias atingidas, a preocupação com os impactos que elas, mais do que todos, sofrem e a condição de recomeço a que são expostas.

Estamos falando aqui de questões muito além do econômico-financeiro; são sonhos, conquistas, suor e vidas, que se esvaem como

fumaça, mesmo quando já anunciadas. O papel do poder público é minimamente tratar a questão de forma séria, de forma estrategicamente antecipada e continuada, pois a vida se encarrega da sua própria continuidade, mas qualidade e novas oportunidades, esses são deveres e obrigações do poder público que devem ser buscados e efetivados.

Referências:

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social, 1993.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social, 2004.

Mesa: A participação da sociedade no enfrentamento das emergências e desastres



Tatiana Richart Reichert⁹

O enfrentamento das emergências e dos desastres está diretamente ligado à participação e à preparação da comunidade, ou seja à organização da sociedade civil.

Embora o socorro às vítimas e aos atingidos tenha tido melhora significativa nos últimos anos, muito ainda precisa ser feito, e a responsabilidade de preparar o país é de todos nós.

Nossos governantes nos três níveis de poder sabem que os resultados deste enfrentamento só virão a partir da organização e da participação da sociedade, mas estas muitas vezes causam medo aos políticos, por ser cobrados diretamente em suas ações.

É necessário somar esforços no sentido de avançar rumo a uma política preventiva, dotar de sentido amplo e democrático os conselhos nos três níveis de governo e aproximar o povo da elaboração e do acompanhamento dessa política.

Nossos governantes têm a obrigação de considerar o sofrimento social, esta dimensão do sofrimento deve dar lugar, neste país, à esperança de moradias seguras, de participação popular, de sistemas de prevenção, salvamento e reconstrução, todos esses de mãos dadas.

Para quem passa por um desastre na vida, para quem perde familiares, para quem vê os seus morrerem lúcidos, porém soterrados, sabe a diferença entre estar e não estar preparado.

Mais do que isso, aprende sem querer a dor de ser muitas vezes esquecido por aqueles que têm o dever e a obrigação de cuidar do povo.

Precisamos urgentemente unir o nosso Brasil de norte a sul, mobilizar nossa sociedade e lutar pela prevenção de vidas.

Tenho a certeza que esta união de forças dará ao nosso país políticas públicas de proteção, prevenção e acesso aos direitos humanos como um todo.

9 Presidente da ADARB – Associação dos Desabrigados de Atingidos da Região de Baús, Santa Catarina.

Precisamos do empenho dos poderes constituídos para dar à sociedade a estrutura e as condições necessárias para sua preparação, mais do que isso, priorizar o povo como a maior riqueza de um país.

Como sociedade civil organizada, sabemos que a luta por justiça social, dignidade e respeito aos desabrigados e atingidos deste nosso país é árdua, mas estamos dispostos a ser mais um nesta luta pela melhoria das políticas públicas.

Minha admiração e o meu respeito a todos que lutam pelo povo... Nossa luta foi ontem, hoje e continua no amanhã.

Desastres, meio ambiente e reforma urbana

1º Hoje no Brasil mais de 82% da população vive nas cidades, formando os grandes conglomerados urbanos, a maioria vivendo em condições subumanas devido à falta de planejamento, que se apresenta na ausência de serviços de saneamento, moradia, transporte público movido a energia limpa, mobilidade urbana, etc. A ocupação desordenada dos espaços urbanos e a escassez de recursos para política ambiental são reflexo da ausência de políticas públicas integradas neste tema. Esse conjunto de fatores, aliado às mudanças climáticas e à ocupação desordenada do espaço urbano nas cidades, é o que ocasiona os desastres, com perdas humanas, etc.

2º Hoje a grande mídia mostra os desastres ocasionados pelas chuvas em várias cidades brasileiras como se a culpa fosse das chuvas e não da omissão do poder público no que se refere a planejamento das cidades. O que ela não diz é que esses desastres poderiam ser evitados se as áreas de risco não fossem ocupadas por moradias irregulares. Se o planejamento urbano fizesse parte da construção das cidades, com certeza milhares de vidas seriam poupadas. Pode-se afirmar que a ocupação desordenada do espaço urbano é o fator principal dos desastres nas cidades, tanto nas épocas de chuva como em outras manifestações da natureza.

3º Entendemos que a preservação do meio ambiente é fundamental à manutenção da vida no planeta, mas consideramos que é necessário combinar preservação do meio ambiente com desenvolvimento econômico e social do país. Garantir que o desenvolvimento econômico e social, aliado à preservação ambiental, assegura uma vida saudável a todos. A luta por uma vida digna sempre esteve no horizonte político do movimento pela Reforma Urbana.

4º Quando pensamos no futuro da nação, pensamos na necessidade de tratar como política de Estado o desenvolvimento social e o planejamento urbano, democratizar o acesso à cidade, fazendo a preservação do meio ambiente como política estratégica na construção de um projeto de nação. Politizar esse debate é agregar a ele o planejamento das cidades,

10 Diretor de Comunicação da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam) Conselho do Instituto Nacional de Meio Ambiente (Inma).

a ocupação do espaço urbano na construção das cidades: esse é o único meio de repensar as cidades brasileiras para a maioria de seu povo.

5º Todos esses elementos contribuem consideravelmente para o desequilíbrio da natureza, pela diminuição de água, pela falta do tratamento dos resíduos sólidos – o que provoca as grandes enchentes, pela inexistência de uma política de mobilidade urbana, o que torna a vida um caos, pela poluição incontrolável que tem tornado as cidades mais quentes e desumanas nos últimos anos – esses fatores têm mudado o panorama das cidades na atualidade. Nesse sentido, o movimento vem trabalhando com o objetivo de elevar a consciência ecológica de sua base, no caminho de construir cidades mais justas, com mais qualidade de vida. Isso significa melhorar a qualidade do transporte coletivo, tratar os resíduos sólidos, fazer o saneamento ambiental e incluir no currículo escolar a educação ambiental entre outras iniciativas do gênero.

6º É preciso reafirmar a necessidade de o Estado aumentar seus investimentos em políticas públicas, no caminho de realizar o saneamento ambiental, produzir moradia por meio de projeto popular, trabalhar por transporte público de qualidade, movido a energia limpa. Essas iniciativas, tomadas, ajudarão na construção de cidades mais saudáveis: esse é o caminho para acabar com os desastres nas cidades, o jeito de pensar o meio ambiente, de construir cidades com planejamento urbano e ambientalmente mais saudáveis para as futuras gerações. Esta é tarefa permanente do movimento que luta pela Reforma Urbana: incluir de forma ousada esse componente na construção do projeto de desenvolvimento econômico e social mais avançado para o país.

7º Não pensamos o desenvolvimento econômico-social da Nação sem o envolvimento direto de todos os atores sociais comprometidos com a sustentabilidade ambiental e social, que deve ser a preocupação de todos. Sustentabilidade, na opinião do movimento comunitário, significa desenvolver o país de forma igualitária, para que o conjunto de seu povo possa desfrutar de todas as suas potencialidades. Garantir qualidade de vida com cidades mais saudáveis para milhões de brasileiros e brasileiras é uma necessidade objetiva, continuar o desenvolvimento do país, assegurando a preservação do seu meio ambiente, é utilizar de forma racional os recursos naturais colocados à nossa disposição, a serviço do progresso da nação.

8º Historicamente sabemos que a falta de planejamento urbano na construção das cidades é o principal na ocupação de áreas de encostas, áreas de proteção de manancial, mata atlântica e outras áreas de preservação ambiental inadequadas para habitação, tanto pelos donos do capital como por trabalhadores. É importante frisar que os desastres urbanos seriam evitadas se o poder público combatesse a especulação imobiliária, usando o IPTU progressivo e destinando à propriedade uma função social, como manda o Estatuto das Cidades, fazer a propriedade cumprir sua função social, aplicando na íntegra o estatuto é a forma de começar a replanejar as cidades brasileiras.

9º Está em construção uma cultura ambiental e de replanejamento das cidades, por meio de inúmeros instrumentos de luta, como o Plano Diretor Participativo e a definição das Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis). Sabemos que todo processo demanda algum tempo para apresentar seus resultados concretos, mas é importante desenvolver no seio do povo a ideia de que cidades saudáveis significam meio ambiente saudável, que pressupõe a responsabilidade do poder público em garantir habitação de qualidade e saneamento ambiental e regularização fundiária para a população de baixa renda.

10º Ao colocar no centro do debate da Reforma Urbana a questão dos desastres nas cidades e a preservação do meio ambiente, damos relevância a esse tema de altíssima importância política, além de fazermos a necessária integralidade das políticas públicas. É com essa compreensão que devemos nos empenhar para politizar ainda mais este debate, ganhar amplos setores da sociedade na defesa da reforma urbana e do meio ambiente saudáveis como elementos centrais na elevação da qualidade de vida e parte indissolúvel do projeto de desenvolvimento econômico e social mais avançado para a humanidade. Penso ser esta uma grande tarefa política na construção do país do futuro.



**Mesa: O papel do psicólogo como
operador de emergências e desastres:
contribuições para uma prática cidadã**



Acompanhamento para reconhecimento de vítimas

Desireé Salazar Ramírez¹¹

No Peru, nos últimos anos, a intervenção do psicólogo em situações de emergências e desastres vem adquirindo grande importância, com a realização de treinamentos e capacitações para uma abordagem adequada.

Durante este processo, o nosso objetivo é aliviar o sofrimento humano, um princípio fundamental na intervenção psicológica em emergências e desastres.

O acompanhamento para o reconhecimento de vítimas é uma tarefa na qual o psicólogo ou um profissional da saúde adequadamente capacitado acompanha os familiares para o reconhecimento de cadáveres (corpo ou partes do corpo) que foram encontrados. Este acompanhamento é realizado para o reconhecimento de vítimas em massa. No Peru, aconteceram três desastres de grande impacto nacional: um incêndio em mercado no centro de Lima (2001) e dois acidentes aéreos (2002 e 2003).

Objetivos:

- Oferecer apoio emocional aos familiares que participarão do reconhecimento das vítimas (ex.: terremotos, incêndios, deslizamentos de terra, acidentes, etc.).
- Constituir um corpo de proteção emocional a cargo dos profissionais de saúde mental.
- Oferecer aos familiares das vítimas os auxílios básicos de saúde mental no começo do processo de luto.

As equipes de saúde que realizam o acompanhamento recebem, primeiramente, informação do estado dos cadáveres e as condições às quais estão expostos (corpos inteiros ou partes deles). Uma vez recebida a informação, as equipes entram no lugar onde se encontram os restos.

A descrição realizada ajuda as equipes a efetuar o acompanhamento, a visualizar a área, a se preparar e a preparar também as famílias

¹¹ Psicóloga, integrante da Sociedade Peruana de Psicologia em Emergências e Desastres.
Membro fundadora da Sociedade Peruana de Psicologia de Emergências e Desastres

das vítimas, o que diminui o impacto quando as famílias tiverem de reconhecê-las. Isso também permite que alguns dos membros da equipe de saúde possam se retirar caso considerem que não estão preparados para tal acompanhamento. Nesse sentido, devemos ter cuidado para que as equipes não façam juízo de valor ou perguntas que questionem o seu trabalho, tais como: "Você não vai me acompanhar?" É importante que as equipes de saúde reconheçam suas dificuldades e seus pontos fortes. É fundamental entendermos que essa é uma das atividades de apoio psicológico que gera forte impacto emocional, pois muitos podem se sentir identificados com as vítimas, especialmente quando se trata de exposição de corpos de crianças.

As famílias que reconhecerão e identificarão os corpos serão abordadas por essas equipes, as quais lhes explicarão o que vão encontrar. Nesse processo é importante considerar a preparação para as famílias, que implica descrever o cenário ao qual elas serão expostas.

Algumas das famílias poderiam desistir de realizar o reconhecimento. Nesse sentido, devemos lhes oferecer tempo prudente para tal identificação. Do contrário, poder-se-ia dar tal atribuição a outro membro da família.

Esse processo de acompanhamento é uma aproximação não só emocional, como também física. É importante acompanhar o familiar tocando-o no ombro e segurar nele durante todo o percurso.

Uma vez terminado este processo, acompanhamos os familiares permitindo-lhes expressar os seus pensamentos e sentimentos. Muitos deles desejam abandonar essas áreas levando consigo o corpo que reconheceram.

A parte difícil se encontra naqueles que não reconheceram os corpos, percorrendo a área várias vezes até que, finalmente, devem aceitar que é possível que o corpo não possa ser reconhecido devido à magnitude do desastre.

Essas pessoas se submeterão a um luto prolongado e deverão receber apoio psicológico permanente, até conseguirem aceitar a perda do familiar.

Uma vez finalizadas essas intervenções, as equipes de saúde, deverão realizar uma desmobilização psicológica que lhes permita compartilhar os seus pensamentos e sentimentos diante dessa tarefa tão nobre.



IML de Lima – Reconhecimento de vítimas no incêndio do Mercado da Mesa Redonda (2001)

Gestão em Risco: enfoque psicossocial

Entendemos por Gestão em Risco o processo de planejamento, organização e controle direcionado à redução de riscos, ao combate a desastres e à recuperação diante de eventos já ocorridos.

Risco

Ameaça + Vulnerabilidade = Risco

O risco pode ser estimado se forem conhecidas as características da ameaça e da vulnerabilidade (infraestrutura social e econômica).

O risco pode ser reduzido ou controlado se formos cuidadosos em nossa relação com o ambiente e também conscientes de nossas fraquezas e vulnerabilidades diante da ameaça existente.

Cada comunidade tem o seu próprio risco e toda atividade humana implica alguns riscos, porém estes têm diversas magnitudes e importâncias.

Riscos aceitáveis: são aqueles que uma comunidade está em condições de aceitar.

Riscos de desastres: os prováveis danos são significativos, e sua resposta demandará a utilização de recursos acima de nossa responsabilidade, alterando nossas condições de desenvolvimento.

A gestão de risco está integrada por áreas e componentes que se relacionam em uma matriz da seguinte maneira:

Áreas

Estudo de ameaças e vulnerabilidade
Prevenção e mitigação
Preparação, alerta e resposta
Reabilitação

Componentes

Análise de risco
Redução de risco
Controle de eventos adversos
Recuperação e reconstrução

Área

Estudo de ameaças e vulnerabilidade

Componente

Análise de riscos

Uma comunidade tem a sua própria ameaça devido às características de sua localização geográfica, geológica e aos seus processos de desenvolvimento.

Identificar a potencial ocorrência de um evento adverso que pode provocar danos na saúde mental e física das pessoas ou em seu meio.

Ações Psicossociais:

Determinar o grau de vulnerabilidade da comunidade.

Educação à comunidade em risco.

Devem conhecer a probabilidade de ocorrência.

Sensibilizar a comunidade para o reconhecimento do risco e adotar medidas de segurança.

Área

Prevenção e mitigação

Componente

Redução de riscos

As ações estão direcionadas a eliminar o risco ou diminuí-lo (intervindo na ameaça, na vulnerabilidade ou em ambas). É um esforço conhecido e explícito por evitar a ocorrência do desastre.

Ações Psicossociais:

Sensibilização e capacitação das autoridades do governo, ONGs, organizações sociais, religiosas e educacionais nos seguintes assuntos: saúde mental, desastres, intervenção em crises, estresse e controle do luto.

Preparação à comunidade: simulações de evacuação, residência em locais seguros, realocação permanente.

Proteção das residências de acordo com o evento.

Cada família e comunidade devem dispor de um plano de evacuação ou emergência, preparando os mantimentos necessários.

Garantir o atendimento físico e o psicológico caso sejam necessários.

Capacitar a comunidade em reconhecimento de fatores protetores.

Realizar diagnóstico social e cultural das comunidades com enfoque de gênero e direitos.

Analisar as projeções sob o conceito de gestão de risco e enfoque de direitos e equidade de gênero.

Elaborar as normas técnicas de atendimento e referência e contrarreferência em saúde mental para os profissionais de resgate e os afetados das emergências e desastres.

Área

Controle de eventos adversos

Componentes

Preparação, alerta e resposta

A melhor maneira de enfrentar o impacto dos eventos adversos e seus efeitos é prevendo-os.

O sucesso se complementa com os objetivos alcançados na área de redução de risco.

Ações Psicossociais:

Preparação antecipada à ocorrência de desastres.

Definir as funções dos organismos operacionais e o inventário de recursos físicos, humanos e financeiros.

Elaboração de cartilhas, manuais e treinamentos às equipes de saúde.

Funcionamento dos comitês de defesa civil na comunidade.

Comunidades treinadas, conhecimento de ruas de evacuação, zonas de refúgio, preparação de malas de primeiros socorros.

Capacitação de pessoas-chave da comunidade (líderes comunitários, agentes de saúde) em Primeiros Socorros Psicológicos.

"Uma adequada resposta nos permite salvar vidas, reduzir o sofrimento humano e diminuir a perda da propriedade".

Área

Recuperação

Componentes

Reabilitação e reconstrução

É a fase da emergência. Refere-se às ações posteriores ao desastre, como o salvamento de vidas e o fornecimento de mantimentos à população afetada.

Avaliar o impacto do desastre sobre a Saúde Mental.

Recuperação: o processo de restabelecimento das condições normais da comunidade afetada.

No curto prazo e de forma transitória, restabelecem os serviços básicos de subsistências ou reabilitação. Reduzir o estresse dos profissionais e voluntários.

Reconstrução e reabilitação: processos de reparação a médio e longo prazos no aspecto físico, mental, social e econômico, a um nível de desenvolvimento superior ao que existia antes do evento.

Gestão de risco de saúde mental

Corresponde a todas as ações que devem desenvolver-se ANTES (promoção da saúde mental e prevenção da doença mental), DURANTE (intervenção em saúde mental em situações de emergências e desastres) e DEPOIS (ações de reabilitação psicossocial dos indivíduos, famílias e comunidades afetadas).



Morada de uma criança depois do terremoto e posterior tsunami. Chile, 2010



A criança descreve como se protegeu no terremoto por meio do desenho "Meus pais e eu fizemos um círculo para não cairmos, porque tremia muito..."

- As comunidades informadas sobre seus riscos, sensibilizadas e capacitadas para oferecer apoio são capazes de responder adequadamente, minimizando o impacto do evento em sua saúde mental.
- O papel do psicólogo é fornecer atendimento em saúde mental e oferecer apoio psicossocial de maneira transversal. O processo da ajuda humanitária deve incluir desde a satisfação das necessidades básicas até a organização comunitária.



O papel do psicólogo como operador em emergências e desastres: contribuições para uma prática cidadã

Maria Carolina da Silveira¹²

O estado de Santa Catarina pode ser considerado, no Brasil, foco de atuação permanente em emergências e desastres, pelo histórico de grandes enchentes vivenciado no decorrer de sua história.

Diante desse cenário, diversos atores sociais se mobilizam para atender as vítimas da catástrofe. Num primeiro momento o Estado e a sociedade buscam garantir as necessidades básicas da população atingida: a instalação de abrigos provisórios para os desabrigados, a viabilização de alimentação e atenção médica imediatas, como tradicionalmente acontece em situações de catástrofes. Após esse primeiro momento, muitas vezes, nada mais se consegue articular e realizar para acompanhar essas pessoas, famílias, comunidades.

Sabemos que grande parte dessa população já se encontra em situação de vulnerabilidade social, motivo pelo qual fazia da ocupação dos morros um espaço de moradia (por exemplo), e a situação acaba se agravando ainda mais a cada ano e a cada nova enchente.

É nesse contexto multifacetado que a Psicologia, em suas intervenções individuais e coletivas, encontra amplo campo de atuação e tem muito a contribuir. Precisamos considerar que não há mais possibilidade de recuo desse campo, levando-se em conta a desorganização social produzida pelas catástrofes e a bandeira do compromisso social que temos sustentado corajosamente nos últimos anos de desenvolvimento de nossa profissão.

Compreendemos, deste modo, que todo o suporte teórico que a Psicologia vem construindo nessas últimas décadas já nos possibilita avançar no processo de intervenção sociocultural nas situações de emergências e desastres, em que grandes áreas da Psicologia (como a Psicologia Organizacional e do Trabalho, a Psicologia Social Comunitária,

12 Psicóloga, especialista em Psicologia: Práticas Sociais e Desafios Contemporâneos. Docente Curso de Psicologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Conselheira CRP-12, VII Plenário – Responsável pelo Eixo: Emergências e Desastres da Comissão da Políticas Públicas.

a Psicologia Clínica – por meio da psicoterapia breve – a Psicologia na atenção primária em saúde e a Psicologia das Emergências e Desastres) possuem referencial teórico-científico suficiente para que, bem embasados cientificamente, possamos trabalhar em prol da Psicologia ética, responsável em seu compromisso social e comprometida com o protagonismo social das pessoas afetadas pelas enchentes, que atualmente representam parcela considerável da população catarinense (103 municípios encontram-se hoje – dia 15.2.2011 – em situação de emergência e um em estado de calamidade pública).

Assim, torna-se necessário organizar as ações, capacitar os psicólogos que estão no front dessa atividade, para produzir competência técnica. Estamos hoje lidando com a situação do pós-desastre, na qual as grandes políticas públicas se unem para atender de forma mais eficiente e eficaz os afetados, e é nesse contexto que a Psicologia deve se inserir.

Neste momento, a situação é de saúde pública, de assistência social e de defesa do cidadão catarinense, na qual a Psicologia deve se colocar a serviço de promover ações que otimizem o tempo, criando uma rede de informações, facilitando a transmissão de dados importantes sobre a realidade da comunidade afetada aos apoiadores, dando referências e possibilitando a reorganização social e psíquica de cada um e do coletivo (rede de suporte social).

Dessa forma, estaremos contribuindo com o protagonismo e a organização social, que produzirão ganhos significativos na saúde geral dos afetados e da comunidade.

Para Gagliato (2010), é importante que a comunidade participe das ações e compartilhe seus problemas – “Isso é crucial. Valorizar o conhecimento local e acreditar que esse conhecimento é coadjuvante neste processo de reconstrução...” – e possa, assim, imaginar soluções. E isso inclui religiões, traços culturais e ambientes como escolas, centros comunitários, ginásios e outros locais onde a comunidade costuma se encontrar.

Para que essa ação tenha efetividade, torna-se fundamental a criação de uma rede social multidisciplinar, que possa estabelecer procedimentos de comunicação e métodos de trabalho que partam da realidade de cada comunidade, identificando potências e fragilidades – o que permite que todos possam colaborar com o desenvolvimento

da resignificação da experiência vivenciada –, e onde a capacidade de resiliência possa se fortalecer.

Deste modo, a aposta é de um trabalho paralelo com a reabilitação das casas, dos espaços comunitários, da comunidade, criando uma rede de atendimento capaz de prevenir outras questões comuns após os primeiros meses da tragédia (como o transtorno de estresse pós-traumático, o uso abusivo de álcool e drogas, entre tantos outros paliativos nocivos que o ser humano possa vir utilizar como meio de lidar com sua dor, sua angústia, seus medos).

Sabemos que cada ser humano é único, reage à sua maneira àquilo que lhe acontece. Daí a importância da proximidade, a atuação nas localidades, para que, partindo dessa valorização e mobilização comunitárias, o sentimento de pertencimento ao lugar se fortaleça, promova encontros e facilite a organização social comunitária, pois isso pode contribuir com a superação de situações tão difíceis, como as enchentes que acometeram Santa Catarina nesses meses de janeiro e fevereiro de 2011 – e muitas das pessoas, famílias e comunidades atingidas estavam ainda se recuperando financeiramente e emocionalmente das enchentes de 2008 e 2009.

Como já faz parte do imaginário social de regiões como a cidade de Blumenau, onde a identidade da população se caracteriza pela persistência, o labor, a coragem e a força para sempre reconstruir aquilo que a "natureza" destruiu, a aposta é de um trabalho dinâmico, próximo, atuante e agregador de práticas que visem à autonomia, à cidadania, à capacidade de ser como uma mola propulsora, para vencer desafios, organizar-se coletivamente, tendo participação da população atingida, sendo protagonista de sua própria vida, do seu próprio (re)fazer, (re)criar, (re)significar.

Deste modo, não posso me colocar como observador, de fora desse processo, o qual atravesso e pelo qual sou atravessada cotidianamente, e no qual realizei minha atividade de trabalho por seis meses, entre setembro de 2009 e março de 2010. Assim, gostaria de contar um pouco da minha trajetória, que me trouxe até aqui.

Posso dizer que minha vida virou de cabeça para baixo, depois do dia em que o município no qual trabalhava no Centro de Referência da Assistência Social (Cras) foi atingido por um tornado, com ventos

que passaram de 200km por hora, e em decorrência do qual quatro pessoas morreram e mais de mil habitantes (de uma população total de aproximadamente 10.600 habitantes) ficaram com suas casas e propriedades rurais totalmente destruídas.

Falo do Município de Guaraciaba, extremo oeste catarinense, que faz divisa com o Paraná e com a Argentina, o qual teve mais de 90% de sua população diretamente atingida. E aqui inicio o relato de uma vivência!

Por quê?

Essa era a pergunta que mais se repetia após os três primeiros dias de perplexidade e apatia diante do monte de entulhos que se formou onde antes era o lar de mais de 120 famílias que perderam não só a casa, o galpão de fumo, o aviário, a estrebaria, as vacas, os bois; perderam também objetos pessoais de grande valor afetivo, e alguns ainda perderam filhos, esposa, netos, irmãos, cunhados, colegas de aula. Foram quatro mortes, e muitas, muitas, vidas marcadas definitivamente.

Marcadas pela tristeza, pela apatia, pela desilusão, pela raiva, pela culpa, pela incerteza e pelo medo do amanhã.

O olhar aflito para o céu, quando uma nuvem negra de chuva se aproxima, a velocidade do vento controlada junto com as fortes batidas do coração acelerado quando esse "tempo" volta a dar sinais de chuva e vento.

Sensações ditas "comuns" para pessoas que passam por uma situação traumática, que vêm acompanhadas de muito medo de que aconteça novamente, de uma insônia que não deixa o corpo descansar para um novo dia de trabalho e de um controle obsessivo pela previsão de como o novo dia chegará.

A esperança do sol, para secar a roupa e as lágrimas, é a possibilidade de resgatar a dignidade de um povo sócio-histórica e culturalmente habituado à lida diária no campo, com a criação de gado, de aves, com o plantar para colher e dali tirar sua tão suada renda. Para os que ficaram sem casa, sem trabalho e sem as pessoas que tanto amavam por perto, sobraram as suas próprias vidas para refazer uma história, pois, desde o dia 7 de setembro de 2009, suas vidas mudaram consideravelmente.

Os belos e coloridos lares das comunidades do interior do município de Guaraciaba voltarão com certeza, a ter o colorido, o capricho e

o cuidado de sempre, porém marcados por um dia no qual tudo foi perdido e muito, muito mais trabalho e energia foram investidos para que fossem recriados.

A vergonha dos agricultores (famílias mais atingidas) em receber a doação de alimento, de água e de roupa seca pelas equipes externas de voluntários, organizados pela coordenação das atividades de doação para que chegassem até as comunidades atingidas – umas muito distantes da cidade – reflete bem a cultura de um povo que está acostumado a trabalhar desde muito cedo, a ter nas mãos as marcas do trabalho com a lavoura e a criação dos animais para sustento seu e de sua família. Essa vergonha demonstrava uma forma de lidar com a vida de modo a não depender de ninguém para prover seu sustento, e ali pairava a angústia dos trabalhadores sociais do município, que viam a cada dia uma dificuldade maior de alcançar as famílias que mais necessitavam das doações.

Nesse momento, a Psicologia, como campo de atuação comunitária e dos desastres inicia seu olhar e sua intervenção, para que essas famílias pudessem receber o alimento, a água e a roupa seca, sem ficar ainda mais vulnerável emocionalmente. Nesse momento percebeu-se que a escuta, o tempo para simplesmente ouvir, ou mesmo o silêncio do encontro, se fazia essencial.

No intuito de conseguir atender a toda demanda que no momento necessitava de atenção especializada, inúmeros contatos foram realizados, várias instituições se colocaram à disposição para auxiliar, bem como muitos profissionais se apresentaram como voluntários. Muita solidariedade da categoria de profissionais da Psicologia e do Serviço Social, não somente da região do extremo oeste catarinense, mas de todo o país, se mobilizou para atender o município.

A princípio de forma fragmentada, juntamente com a entrega do alimento e da água nas comunidades do interior.

Após o primeiro momento único de escuta e orientações gerais, sob a orientação dos profissionais do Cras, organizou-se, com uma equipe que cursava especialização em Psicologia dos Desastres, de São Paulo, e que se prontificou a vir para o município, um método de atendimento com utilização da terapia em sessão única, trabalho de grupo com as escolas nas diferentes faixas etárias e, ainda, a preparação para os profissionais e

voluntários que atendiam as pessoas atingidas. Começamos a vislumbrar um novo fazer – o fazer da Psicologia Comunitária agregado ao fazer da Psicologia das Emergências e dos Desastres.

Novo em todos os aspectos, inclusive teórico, uma vez que no Brasil pouco se tem notícia de desastres naturais de tamanhas proporções. A Psicologia dos Desastres se fez ver muito em função da demanda que se apresentava a cada momento, a cada nova situação que se mostrava diante dos profissionais.

Sabe-se que o transtorno de estresse pós-traumático (Tept) é o transtorno mais frequente nessas situações, porém ainda tínhamos alguns casos mais sérios, por não suportar a nova condição de vida e existência, quadros depressivos e ansiosos que surgiam quando da dificuldade de tomar posicionamento, decisões que tinham de ser tomadas para retomar a rotina angustiavam ainda mais a população atingida, e ouvimos pessoas que expressavam a vontade de acabar com suas próprias vidas.

E ainda a sensação constante de impotência, principalmente por parte dos homens, os quais culturalmente, na nossa sociedade, aprendem desde cedo que são os responsáveis pela estabilidade principalmente financeira, da sua família.

Após o primeiro momento de apatia, de desorientação, passamos para a fase do choro, do desespero. E aqui devemos deixar que as emoções que estão aparecendo se façam esgotar, pois é aí que simbolicamente a pessoa esta vivenciando o "luto" daquilo que foi perdido, sendo de extrema importância para o processo de elaboração da vivência traumática.

Em seguida é comum também a sensação de culpa, de sentir-se culpado por não ter evitado a situação trágica e como, neste caso, evitar um fenômeno da natureza é quase impossível, vem a necessidade de culpar alguém e encontrar no "outro" – seja este "outro" qualquer pessoa que esteja mais próxima emocionalmente ou mesmo fisicamente – a responsabilidade por algo que não é de responsabilidade de ninguém e é de todos, ao mesmo tempo, já que provocamos essas situações climáticas ao não adotar hábitos de cuidado com o meio ambiente e com a nossa qualidade de vida.

Neste período, muitos sentimentos, como raiva, irritabilidade constante e o conhecido "pavio curto", em qualquer situação em que ocorram e

que contrariam aquilo que pensamos podem se tornar o estopim de uma bomba prestes a explodir e da qual depois nos arrependemos.

Coloco-me aqui como observadora e ao mesmo tempo afetada, uma vez que, morando no município, vivenciando o dia a dia e trabalhando para a reabilitação, a organização e a continuidade do processo de retomar o cotidiano da população o mais rapidamente possível, não posso me colocar como fora dele, e sim participante, pois influencio e sou influenciada pelas situações que atravesso e pelas quais sou atravessada.

Podemos perceber que, neste período da raiva, da necessidade de culpar alguém ou alguma coisa pela tragédia que vivenciam, as pessoas costumam culpar o governo em primeiro estágio, e nesse sentido, as pessoas que trabalham nos órgãos públicos, já que é para essas pessoas que eles se dirigem quando necessitam de atitudes e ações da esfera pública.

São muito comuns os desentendimentos, os desencontros de informações pelo atropelo de atividades, o que, se não for bem administrado e se os funcionários das esferas públicas não se prepararem emocionalmente para vivenciar essas situações, pode criar demora ainda maior na efetivação das ações e, ainda, um clima de constante apreensão, no qual o estado de alerta e o corpo pronto para se defender podem causar inúmeras dores físicas e emocionais, o que chamamos de doenças psicossomáticas, as quais afetam todos os envolvidos direta e indiretamente com o fenômeno.

A demora pelas repostas de que tanto necessitam e a burocracia para liberação de recursos financeiros aumentavam ainda mais a angústia, a vontade de desistir de tudo e de não olhar para trás, mesmo com grande número de voluntários trabalhando no município.

Após um mês de atividades, em meio ao processo de definir o que poderia ser aproveitado como material para reabilitação das casas a princípio, ainda parecia que nada havia sido feito perante as comunidades devastadas pela força do vento e da chuva forte. A chuva constante dos dias, que dificultava o trabalho dos voluntários, aumentava ainda mais o desespero e a vontade de desistir de tudo, de sair da comunidade e não olhar para o que havia sobrado, quando havia sobrado alguma benfeitoria na terra.

As reuniões organizadas pelos governantes do município no sentido de esclarecer a população iniciaram o processo de retomada do sentimento de comunidade, uma vez que a maioria absoluta das pessoas das comunidades atingidas verbalizava a vontade de que uma parcela dos recursos vindos da Defesa Civil fossem investidos na reabilitação dos clubes e das igrejas. Aqui podemos observar a importância desses espaços, que acabam tendo a função de redes socioassistenciais para os moradores não abandonarem a propriedade e não aumentarem ainda mais a questão do êxodo rural da região.

Isso sem falar que esses espaços comunitários servem nesses momentos para reafirmar laços de comunidade entre as famílias atingidas, para compartilhar emoções, tomar decisões coletivas e realçar os sentimentos de pertencimento ao local. Nesse aspecto, a unanimidade em poder ter novamente um local de encontro, para retomar as atividades dos grupos de idosos, dos grupos de mães e mesmo para os almoços coletivos para as frentes de trabalho de voluntários que vinham para auxiliar no processo de reabilitação das propriedades se fez ver como fundamental para a continuidade do trabalho psicossocial.

Aproveitando esse sentimento de coletividade, iniciamos o processo de organização de grupos de terapia, no qual 26 alunos da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó) optaram por cursar a prática da Psicologia Social/Comunitária nas comunidades de Guaraciaba que haviam sido atingidas pelo tornado, e mais oito profissionais de Psicologia da região se inseriram nesse processo voluntário além dos dois psicólogos funcionários da prefeitura. Desse modo, organizamos 27 grupos, que aconteciam nas sextas-feiras e nos sábados, durante o dia todo. Eram grupos de crianças, de adolescentes, de mulheres, de vizinhos, de idosos, cada qual com sua dinâmica de funcionamento, uns aconteciam semanalmente, outros quinzenalmente.

Conforme os grupos iam acontecendo, voluntários profissionais de Psicologia, também coordenados pelos dois profissionais de Psicologia do Cras, iam atendendo de forma gratuita as pessoas que tinham necessidade de atendimento psicoterápico individual. Organizados e trabalhando integralmente, estagiários, voluntários, supervisores de estágio e a equipe de Psicologia do Cras estavam desenhando uma nova história para a inserção da Psicologia no município de Guaraciaba.

O olhar sobre o social, o encontro das diferenças, das semelhanças, o trabalho coletivo demonstraram o quanto a Psicologia Social como teoria e a Psicologia Comunitária como prática de trabalho puderam colaborar para o restabelecimento da qualidade de vida das pessoas que viveram essas experiências traumáticas.

Nos grupos, eram trabalhados os temas e sentimentos trazidos ou que emergiam após uma dinâmica/vivência/técnica. Na maioria das vezes, emergiam sentimentos como o medo, a angústia, a dificuldade de trabalhar coletivamente, de não conseguir olhar para o outro, seja ele o vizinho, o filho, a esposa, o esposo, a mãe... Remetíamos à importância de que se olhassem e se apropriassem do quanto, naquele momento, se fazia necessário dialogar, conversar, pois os sentimentos eram próximos e as estratégias para superação eram poucas, fragmentadas.

Um exemplo bem comum era a construção das casas, em que o desejo era da "casa segura" ou de um lugar nessa "casa ideal" que proporcionasse um abrigo seguro, e a pergunta pairava em o que seria um abrigo seguro. E ainda havia muitas especulações e falas de que iria acontecer mais um tornado antes do final do ano, outros davam palpites dizendo que seria dali a dezoito anos. Especulações que de nada auxiliavam as pessoas a sair da angústia na qual mergulharam.

Nesse sentido, a Psicologia tem papel importante para clarear algumas ideias, sugerir novas formas de trabalho para a equipe, nas quais olhar para o horizonte e ver um novo dia de sol se aproximando é possível.

Um relato chamou-me a atenção, quando pensamos que é possível sim reencontrar um motivo para viver, para agir, para recomeçar.

No dia 6 de outubro de 2009, em uma visita domiciliar, um senhor de 68 anos de idade nos diz, enquanto se emociona ao olhar para o horizonte, que ele costuma dizer para os vizinhos que no dia 7 de setembro de 2009 ele morreu no momento em que ele, sua esposa e sua casa foram arrastados para outro lugar, e que naquele lugar onde a casa parou, e onde ele viu a si e à esposa vivos, ele nasceu novamente. Entre sorrisos e lágrimas já quase por sair dos olhos, disse aos profissionais de Psicologia e Serviço Social que, naquele momento em que ali conversavam, estavam diante de um homem de cabelos brancos, velho, com muita experiência acumulada e que iria completar no dia seguinte um mês de vida.

Ao ouvir isso, não teve quem não tivesse retomado o olhar para si, para suas coisas e para aquilo que aquele humilde agricultor, com tanta sabedoria, nos fazia olhar e sentir.

Muitos relatos, muitas histórias eram ouvidas atentamente. Atentamente no sentido de poder propiciar que aquele momento fosse realmente um momento de elaboração emocional da vivência, e não fosse um "revitimizar" das pessoas já tão desgastadas e sensibilizadas pelas situações que presenciavam. Tínhamos preocupação, desde o início das atividades da Psicologia, em poder dar suporte emocional às famílias, que aquele pudesse ser um espaço adequado para que elas pudessem trazer angústias, questionamentos, emoções e sentimentos, pois nas primeiras semanas muitos curiosos vinham para o município para olhar, para fotografar, para saber o que tinha acontecido, provocando uma vitimização ainda maior para as famílias atingidas. Chegamos a ouvir que as estradas do interior do município haviam virado uma espécie de "circo dos horrores", pois, nos finais de semana, passavam muitos carros de famílias com máquinas fotográficas, filmadoras, pacotes de pipoca e chimarrão para olhar e fotografar a tragédia alheia. Isso, além de vulnerabilizar ainda mais as pessoas, despertava sentimentos de raiva, de tristeza, de irritabilidade ainda maior.

Chegamos a solicitar várias vezes às estações de rádio locais e regionais que pedissem para as pessoas se sensibilizarem diante deste fato, pois após os primeiros dias de trabalho estava se tornando difícil chegar até as famílias com os mantimentos, em função do congestionamento nas estradas do interior. Em uma ocasião chegamos com muita dificuldade à casa de uma família que estava tomando a água da chuva que caía da calha, pela distância da propriedade e pela dificuldade de conseguir circular pelo interior com os transportes escolares que estavam realizando o trabalho de entrega da água e do alimento às famílias – as pessoas da casa estavam horrorizadas, pois naquele dia havia passado por ali um carro com uma família que tomava chimarrão, comia pipoca e tirava foto dos escombros, mas que não parou para saber se eles necessitavam de alguma coisa.

Essas situações preocupavam muito os profissionais sociais, pois ao mesmo tempo que tínhamos curiosos que não se sensibilizavam com as situações, muitas pessoas que por ali passaram resolveram se engajar no trabalho, tornando-se voluntárias. Tínhamos duas situações distintas

com essas visitas, pois sabíamos que muitos iriam voltar para ajudar, e isso é muito importante, mas tínhamos os especuladores, que só queriam se beneficiar com a tragédia.

Um fato importante: quando falamos das pessoas que passaram pelo município, temos uma boa recordação, de uma jovem que tirou várias fotos, logo no dia 8 de setembro e que depois conseguiu vender cinco dessas fotos para uma revista de reconhecimento nacional, depositando o valor recebido pelas fotos em umas das contas bancárias abertas para doação.

Várias eram as situações que atravessavam as atividades da Psicologia, e nosso objetivo no processo todo era aliviar a aflição, restaurar a capacidade dos afetados para resolver a situação de estresse, reordenar o mundo interior (o eu) por meio da interação social, reorganizando a família, a comunidade, os locais de trabalho, os espaços onde as pessoas interagem, a fim de possibilitar mais estratégias de superação do trauma, pois sabemos que durante o dia, quando estamos trabalhando, realizando várias atividades, retomando o funcionamento e a produtividade das propriedades, as questões emocionais ficam como se estivessem suspensas ou guardadas. A dor, a angústia, o medo aparecem quando à noite se está sozinho, cansado, somente com a família – é nesse momento que o desespero, o medo e o sofrimento emocional aparecem, e é nesse momento que devemos estar preparados (novamente me incluo enquanto participante do processo) para lidar com o que está acontecendo, por isso a importância dos grupos.

Os espaços de interação são os "mais adequados" para lidar com essas questões que são ao mesmo tempo individuais e coletivas, e são onde, a princípio, vemos muita resistência, às vezes até por parte dos outros profissionais que estão atendendo à demanda, que olham para as situações de trabalho, de atividade, não conseguindo abrir o olhar para o afetivo – e aqui há o preconceito e até mesmo a desvalorização do trabalho em grupo da Psicologia comunitária, que é criticado e refutado. Acreditam que está tudo superado a partir do momento em que a casa está erguida novamente, que sabemos, é exatamente o momento de maior sensibilidade para as famílias e de maior preocupação para os profissionais que atendem à demanda psicossocial.

Sabemos que a atuação dos profissionais psicólogos e das equipes de saúde mental são fundamentais. Participei de sessões grupais nas quais

se teve de fazer terapia de grupo em que ninguém falava no momento da crise ou no momento do trabalho. Pessoas que, aparentemente, são muito fortes, muito duras, no momento da terapia de grupo também se liberam, porque, emocionalmente, também têm contida toda a pressão do fenômeno e do processo vivido imediatamente depois de um desastre.

Assim, fomos estruturando a atividade da atenção primária em saúde, atividade que por mais de 12 meses manteve ações com os grupos de vivência, com as visitas domiciliares e ainda, quando necessário, o encaminhamento para a psicoterapia. Ou seja, uma rede de atenção pós-desastre foi criada e mantida, para poder acolher e atender a população, e hoje, mais de um ano depois da tragédia, percebemos o quanto foi importante para os indivíduos, as famílias, a sociedade.

Sabemos que muito ainda temos por agregar, por construir, mas sabemos também que este caminho – da participação coletiva, da organização social, da promoção do protagonismo dessas famílias – é essencial para um fazer da Psicologia com muita qualidade, ética e competência técnica.

Referências

ALBUQUERQUE, F. J. B. A Psicologia Social dos desastres. Existe um lugar para ela no Brasil? In: *Trabalho, organizações e cultura*. São Paulo: ANPEPP, 1997, pp. 95-104.

Anais Eletrônicos: *1º Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres*: Contribuições da Psicologia para Construção de Comunidades mais Seguras. (2006).

ASSIS, S. G. *Superação de dificuldades na infância e adolescência*: conversando com profissionais de saúde sobre resiliência e promoção da saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. SECRETARIA NACIONAL DA DEFESA CIVIL. *Política Nacional de Defesa Civil*. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.defesacivil.gov.br/sindec/politica.asp>.

CARVALHO, A. C., BORGES. I. A trajetória histórica e as possíveis práticas

de intervenção do psicólogo frente às emergências e os desastres. V *Seminário Internacional de Defesa Civil - DEFENCIL*, São Paulo, 18 a 20 de novembro de 2009.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 12ª REGIÃO - CRP-12. *Informativo do Conselho Regional de Psicologia da 12ª Região*. Ano II, Ed.2. Santa Catarina. Fevereiro de 2008.

MATTEDI, M. A. *A abordagem Psicológica da problemática dos desastres: um desafio cognitivo e profissional para a psicologia*. *Rev. Psicol. Ciência e Profissão*. V. 28 n1. Brasília. março de 2008;

GAGLIATTO, M. *Psicólogos no front da tragédia*. *Rev. Ciência&Vida Psique*. Ano V. 51. Ed. Escala. São Paulo. 2010.



**Mesa: A Psicologia das Emergências
e Desastres e compromisso social: a
experiência latino-americana**



Rodrigo Molina¹³

A Psicologia de Emergências e Desastres vem adquirindo grande importância nos últimos cinco anos no contexto latino-americano. Cada vez é mais frequente focar a atenção nos efeitos psicossociais dos desastres uma vez que eles acontecem, tanto no âmbito político como nos meios de comunicação em geral. Atualmente, não é mais estranho saber que psicólogos estão fazendo parte de dispositivos de resposta posteriores a um desastre, e isso significa que nossos colegas começam a ficar inquietos na busca por algum tipo de formação especializada neste âmbito.

O tema da Psicologia vinculada a emergências e desastres vem sendo desenvolvido nos aspectos profissional, acadêmico e sindical. Atualmente podemos perceber diversos avanços significativos nessas três linhas de desenvolvimento para o contexto latino-americano.

Formas de organização profissional e sindical

Os psicólogos que trabalharam no assunto, conforme diferentes interesses definidos em seu contexto particular e social, procuraram diferentes formas de organização para canalizar as suas inquietações de formação e desenvolvimento neste âmbito. Um marco relevante que ressalta uma etapa nesta linha tem lugar no ano de 2002, na cidade de Lima, Peru. Trata-se do primeiro evento de extensão acadêmica enfocado especificamente no assunto: o I Congresso Latino-Americano de Psicologia em Emergências e Desastres. Esse evento foi organizado naquela época pela recém-surgida Sociedade Peruana de Psicologia em Emergências e Desastres (Spped) e teve o mérito de se transformar em um precedente importante para o desenvolvimento específico de um movimento de agrupamento em torno do assunto na América Latina. Nos anos seguintes, floresceram agrupamentos em países como a Argentina e o Chile, adotando principalmente a forma legal de corporações privadas sem fins lucrativos ou organizações não-governamentais (ONGs) com fins científicos, agrupando profissionais interessados e especialistas no assunto.

13 Psicólogo organizacional; Diretor de capacitação no S – Universidade de Santiago.

Oficial do departamento de Brigadas Juvenis do Corpo de Bombeiros de Santiago.

Professor no curso de Saúde Mental em Desastres. Pontificia Universidade Católica do Chile.

Vice-presidente da Sociedade Chilena de Psicologia em Emergências e Desastres.

O segundo impulso se originou no marco do I Congresso da União Latino-Americana de Psicologia (Ulapsi), em 2005. Naquela ocasião, o Conselho Federal de Psicologia (Brasil) instalou o assunto da Psicologia e os desastres como um dos eixos fundamentais a ser trabalhados pela Psicologia latino-americana. Com tal ordem, organizou uma mesa-redonda com profissionais do México, Brasil e Chile para compartilhar experiências e enfoques na matéria. No ano seguinte (2006), finalmente foi realizado um evento exclusivo sobre o assunto, de caráter nacional, com a participação direta do governo Federal brasileiro, no I Seminário de Psicologia em Emergências e Desastres, realizado em Brasília.

No ano de 2007, a Sociedade Argentina de Psicologia em Emergências e Desastres organizou o Primeiro Encontro Internacional da matéria na cidade de Buenos Aires. Naquela convocatória, já começava a germinar a ideia da criação de uma forma de organização que agrupasse as entidades já comprometidas com o movimento e que garantisse a continuidade do trabalho. Igualmente como aconteceu no mês de setembro do mesmo ano, os representantes das entidades que já vinham participando dos eventos anteriores compareceram ao II Congresso Ulapsi, em Havana, Cuba. Foi naquela cidade, em setembro de 2007, que foi formulada a Declaração de Princípios da nova Rede Latino-Americana de Psicologia em Emergências e Desastres.

Na ocasião, subscrevem-se como entidades fundadoras o Centro Latinoamericano de Medicina de Desastres (Clamed), de Cuba, a Sociedad Chilena de Psicología en Emergencias y Desastres (Sochped), do Chile, a Sociedad Argentina, de Psicología en Emergencias y Desastres (Sapsed), da Argentina e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep), ambas do Brasil. Depois, incorpora-se a Sociedad Peruana de Psicología en Emergencias y Desastres (Spped), do Peru, também como entidade fundadora. Esse novo projeto de organização pan-americana persegue o objetivo de impulsionar o desenvolvimento desta especialidade criando laços sólidos e estáveis entre diversos agrupamentos formais relacionados ao desenvolvimento e à aplicação da Psicologia em emergências. Sob essa premissa é que se configuram todas as atividades nas quais ela se vê envolvida.

Por sua vez, cada uma das entidades que compõem a Rede assume a missão de impulsionar o desenvolvimento da especialidade em seus

países de origem, mediante a geração de espaços para criar, compartilhar e difundir conhecimento de especialista neste âmbito.

Psicologia em ação: enfoque e recomendações

Diferentes são os enfoques que adotam aqueles que abordam a Psicologia em emergências e desastres. Não obstante, o denominador comum é compreendê-la como a aplicação da Psicologia frente a situações de emergências, seja previamente, durante o evento ou posteriormente.

A forma de aplicar a Psicologia a esses fenômenos pode e, necessariamente, deve ser compreendida de maneira diferente conforme as diferentes especialidades e enfoques que existem desde o surgimento da profissão de psicólogo. Na realidade, podemos identificar que o perfil do psicólogo costuma relacionar-se à etapa da emergência na qual ele intervém.

Dessa maneira, um psicólogo com especialização organizacional pode sentir-se confortável ao intervir em algumas atividades de educação preventiva orientada a organizações, e também pode fazer parte de papéis de gestão dentro de um dispositivo de resposta.

Por outro lado, um psicólogo clínico pode render muito em intervenções de crises, ou trabalhando diretamente com vítimas ou com equipamentos de primeira resposta. Ele também pode fazer parte da educação preventiva, porém o seu ponto forte muito provavelmente deverá estar na intervenção pós-emergencial, onde são úteis as técnicas terapêuticas com o intuito de mitigar possíveis consequências psicológicas.

Naturalmente, ao compreender a emergência como fenômeno eminentemente social, entende-se que a Psicologia pode dar sua contribuição em diferentes linhas de intervenção, dependendo do momento. Um psicólogo ligado às emergências tende à versatilidade. De forma geral, é um profissional que contribui em trabalhos de preparação, intervenção ou mitigação, tanto na operação como na gestão, dependendo de qual seja a sua formação de base.

Atualmente, as emergências e os desastres, teoricamente, estão sendo concebidos como fenômenos eminentemente sociais. Isto é, o sofrimento humano é diretamente proporcional ao desastre ocorrido. Mais ainda, o desastre acontece a partir da ação ou omissão humana diante a um

evento crítico, sem importar se a origem se deve a fenômenos naturais ou não. Essa premissa é fundamental, pois sustenta a convicção de que as emergências e os desastres podem e devem ser prevenidos, sempre e quando exista consciência real do risco, e é precisamente nesse aspecto que os profissionais do comportamento humano têm muito a fazer.

Características gerais de intervenção

A experiência de vários colegas intervindo em trabalhos de emergência nos permite identificar as seguintes diretrizes, que sempre devem ser levadas em consideração:

1. A abordagem do fenômeno da emergência é multidisciplinar. Na realidade, todos os esforços que forem feitos em prol da preparação e do combate de emergências implicam interação contínua entre diversas pessoas e instituições que as agrupam. Portanto, é primordial cultivar um enfoque aberto, adaptável a diversas situações e formas de conceber a realidade. É necessário estar consciente de que o trabalho de cada um deve fazer parte de um todo organizado, com um sentido claro e corretamente dirigido.
2. É recomendável evitar o *freelancing*, haja vista que pode gerar efeitos colaterais, o que implica perda de recursos em um momento em que os bens são escassos. Cada grupo de pessoas mobilizadas deve dispor de uma missão clara e previamente conhecida, permitindo-lhe dispor de objetivos claros. No momento em que essa clareza deixa de existir, a equipe ou pessoa aludida não tem mais nada a fazer no lugar afetado.
3. É necessário possuir notável conhecimento do modelo de gestão local no qual opera o dispositivo de emergência empregado. Isso implica ter clareza em relação às organizações que estão intervindo e que são validamente reconhecidos pelo estado local afetado, qual é o seu papel e de que maneira encaixam uns com os outros.
4. Qualquer dispositivo de ajuda psicossocial deve estar claramente respaldado por alguma forma de organização institucionalizada. Esta pode ser um ente local ou externo, sempre e quando tenha sido solicitado pela autoridade competente que esteja

administrando o dispositivo de gestão global. O anterior exclui a possibilidade de integrar profissionais que se movem de maneira individual. Pelo contrário, é necessário fazer parte de um grupo previamente organizado, com normas de comportamento claramente delimitadas.

5. Tanto as instituições que intervêm como os profissionais que as compõem deveriam manipular um modelo de gestão integrado de administração da emergência. Ou seja, adotar um padrão comum que permita facilitar a compreensão dos processos operacionais que serão levados adiante por parte de todos os entes envolvidos. A experiência mostra que as instituições por si só não apresentam problemas nesse sentido. As dificuldades apenas aparecem quando se trata de coordenar esforços com outros entes.

Contribuições efetivas e potenciais (ação, gestão e formação)

Os psicólogos formados ou experientes em situações de emergência se transformaram em atores importantes dentro de diversos dispositivos de resposta que foram empregados em diferentes eventos no mundo inteiro. Eles demonstraram uma contribuição real e efetiva no desenvolvimento de suas atribuições operacionais e de gestão. Apesar disso, estas últimas podem não estar tão claras, haja vista que a imagem do psicólogo continua sendo o estereótipo clínico. No entanto, a especialização acumulada no âmbito educacional e organizacional projeta o profissional da Psicologia em direção a trabalhos de natureza gerenciais nessas matérias.

Por outro lado, como cientistas do comportamento humano diante de emergências, é importante a contribuição que os psicólogos possam efetuar, em matérias de políticas públicas, estratégias e campanhas educativas de governo orientadas a educar a população diante da ocorrência de desastres. Para isso, é fundamental que o psicólogo de emergências procure uma forma de agrupamento que lhe permita interagir com as estruturas de governo pertinentes, seja em nível nacional, seja local. Nesse sentido, o impulso das organizações científico-profissionais sem fins lucrativos acaba por ser uma estratégia interessante e que rende frutos em países como a Argentina, o Peru e o Chile. Em cada um desses países, esse tipo de organizações atingiu um grau de

participação em diferentes iniciativas provenientes do Estado graças à sua forma de organização e às experiências nas quais intervieram.

É de se esperar, então, que o desenvolvimento da Psicologia em emergências continue à medida que a participação de psicólogos em dispositivos de combate a emergências aumente. Isso traz a demanda crescente de estratégias de formação em diferentes níveis de profundidade. Nessa linha, são muitos os programas de capacitação breve que se proliferaram, porém são muito poucos aqueles inseridos em níveis acadêmicos superiores (graduações ou mestrados). É necessário o aprofundamento nesse aspecto, haja vista a formação requerida. Apesar de ter relação com o aprofundamento do conhecimento técnico-psicológico, também tem a ver com a compreensão de modelos de gestão vigentes e sistemas de proteção civil aplicáveis à realidade nacional e internacional. São poucos os programas que abordam esses assuntos de maneira integral na América Latina, porém a capacidade em termos experimentais já está instalada. Faz-se necessário simplesmente efetivar as articulações necessárias para a convergência na criação de programas de especialização acadêmica nessa linha.



As chuvas que castigaram vários municípios brasileiros no final de 2010 e início de 2011 levaram o Conselho Federal de Psicologia (CFP) a lançar um plano de ação, articulado com os Regionais, para estudar a dimensão das emergências nos municípios atingidos pelas chuvas e empreender ações concretas da Psicologia com os afetados pelos temporais. Neste contexto, o CFP realizou, em parceria com o Conselho Regional de Psicologia do Espírito Santo, o seminário Psicologia de emergências e desastres na América Latina: Promoção de direitos e construção de estratégias de atuação, para aprofundar debates sobre o tema a partir de experiências brasileiras e de países latino-americanos com ações de prevenção e resposta a situações de emergências e desastres.

ISBN 978-85-89208-40-6



9 788589 208406